

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

**ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA  
E LUTA DOS LAVRADORES E  
POSSEIROS DE PEDRA LISA NA  
BAIXADA FLUMINENSE ENTRE  
AS DÉCADAS DE 1940 E 1960**





EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

**ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA  
E LUTA DOS LAVRADORES E  
POSSEIROS DE PEDRA LISA NA  
BAIXADA FLUMINENSE ENTRE  
AS DÉCADAS DE 1940 E 1960**



*1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras*

*Direitos de Edição Reservados à Editora Terried*

*É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.*



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

### ***Conselho Editorial***

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Organização, resistência e luta dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense entre as décadas de 1940 e 1960. Eduardo Jordan da Silva Aguiar (Autor) -- Alegrete, RS : Editora Terried, 2025.

PDF

ISBN 978-65-83367-63-1

1. Educação

24-225451

CDD-918.17

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação 90.14

2. Ensino 90.9



**TERRIED**

*[www.terried.com](http://www.terried.com)*

*[contato@terried.com](mailto:contato@terried.com)*

## **DEDICATÓRIA**

**À todos os camponeses, lavradores e posseiros que lutaram e lutam pelo seu pedaço de terra: Reforma Agrária já!**

**Às minhas avós Jandira e Ana, e ao meu pai, Eduardo Lopes... A cada batida do meu coração existe um pouco de saudade.**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo.

À minha esposa, Débora Guimarães, por dividir a vida comigo, por me incentivar a cada dia com sua ternura, amor e alegria, e por me conceder a maior dádiva de todas: nosso Antônio.

O que dizer do meu orientador? Durante esse tempo, ele se tornou não apenas um guia acadêmico, mas também um amigo e um grande motivador. Sua trajetória e sua paixão pelo que faz me inspiraram em todo o processo de escrita deste trabalho. As experiências, vivências e descobertas no grupo PET – Educação do Campo e Movimentos Sociais, do qual é tutor e no qual tive a oportunidade de participar, foram fundamentais para a elaboração e o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também à minha turma de Licenciatura em História – UFRRJ (2015), os KOUBRAS! Em especial, ao meu amigo Alexandre Cordeiro, que partiu e deixou muitas saudades. Nele, todos nós encontramos um amigo, um orientador e um exemplo de perseverança e de vida.

Ao grande historiador Antônio Lacerda, coordenador do Arquivo Diocesano, agradeço pela dedicação e disponibilidade em me ajudar e orientar na reta final deste trabalho. Também agradeço ao Romário Silveira e ao SEPE Nova Iguaçu pelo apoio e colaboração no projeto final e na visita ao senhor Bráulio Rodrigues. Ao seu Bráulio, por me receber em sua casa e pela conversa inspiradora e agradável – sem dúvida, a melhor experiência deste percurso.

À minha mãe, por todo amor e cuidado, te amo demais da conta!. E a todos os meus familiares e amigos, que são e sempre serão muito importantes em minha vida.

Por fim, agradeço à Associação de Lavradores de Pedra Lisa por me receberem com tanto carinho e paciência. Sem sombra de dúvidas, as tardes e momentos vividos ali foram inesquecíveis

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Mapa 1- Município de Iguassú – 1932.....	59
Mapa 2- Zonas de conflitos de terras do Estado do Rio de Janeiro- década de 50 .....	60
Mapa 3- Zonas de conflitos de terras no Estado do Rio de Janeiro - década de 60 .....	60
Mapa 3 – Assentamentos rurais assistidos pela ASEF – 1991.....	61

# **SUMÁRIO**

<b>Prefácio.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
 <b>CAPÍTULO I - Baixada Fluminense: Antes Esquecida, agora uma região de interesses e conflitos no Século XX.....</b>	 <b>14</b>
A valorização das terras da Baixada Fluminense: Poder, disputas e violência.....	15
Bráulio Rodrigues da Silva e sua militância em Pedra Lisa.....	27
 <b>CAPÍTULO II - Unir para combater e avançar: Processos organizativos dos lavradores-posseiros em Pedra Lisa, distrito de Nova Iguaçu nas décadas de 40, 50 e 60.....</b>	 <b>33</b>
Roberto Silveira e a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.....	43
 <b>CAPÍTULO III - A Escolinha de Alfabetização de Adultos e Crianças de Pedra Lisa.....</b>	 <b>48</b>
 <b>Considerações Finais.....</b>	 <b>56</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>62</b>
<b>Anexo I – Entrevista com Bráulio Rodrigues da Silva.....</b>	<b>65</b>



## PREFÁCIO

*Ramofly Bicalho*

Fico feliz com o lançamento do livro: **Organização, resistência e luta dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense entre as décadas de 1940 e 1960**, por Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Este livro é fruto de muitas conquistas e transformação pessoal do autor. No processo de organização, foram apresentados inúmeros registros acadêmicos, num envolvimento intenso com as experiências acerca da educação popular e do campo. Não tenho dúvidas que este material contribuirá para o enfrentamento dos conservadorismos presentes em nossa sociedade.

O autor destaca as inúmeras possibilidades de emancipação dos sujeitos, individuais e coletivos, tendo como objetivo principal, a organização e resistência dos camponeses em Pedra Lisa, Baixada Fluminense, nas décadas de 40 a 60. Os lavradores, auto identificados como posseiros, organizaram-se de tal forma que romperam com paradigmas políticos e sociais da época.

Compreendemos neste livro, que a docência e a militância não podem estar desarticulada da realidade de vida dos sujeitos individuais e coletivos. A possibilidade de ler o mundo pode colaborar na reinvenção de novos modelos de sociedade, num projeto de país que contemple as diversidades, em todos os seus aspectos.

As inquietações que levaram Eduardo Jordan produzir este livro são justificadas pela pulsante necessidade de registrar os processos educativos e de luta pela terra, como direito dos trabalhadores rurais. Não tenho dúvidas da contribuição bibliográfica deste livro, pois reflete as inúmeras experiências vivenciadas nos diversos territórios da Baixada Fluminense, enaltecendo a conscientização social, cultural e política dos lavradores em Pedra Lisa.

Eduardo Jordan preenche nossos olhos com uma bela viagem, organicamente vinculada às lutas por uma sociedade mais livre e menos desigual. O convite que me foi feito para prefaciar este livro, me emocionou profundamente, especialmente, pelo prazer da leitura dos capítulos e a oportunidade de confessar aos futuros leitores que uma relação acadêmica entre educadores e

educandos pode estreitar relações de carinho, respeito e amizade sincera.

Tenho certeza de que esta obra será uma herança muito bonita para Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Eles se organizaram, resistiram e lutaram por terra, dentre tantos outros aspectos, em finais das décadas de 40 a 60. Romperam com paradigmas, inserindo o trabalhador rural na disputa política e social da Baixada Fluminense, inclusive, com a criação da Escolinha de Alfabetização de Crianças e Adultos, um marco nesse contexto histórico.

Parabéns

Outubro *de* 2025.

*Ramofly Bicalho*

Docente na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

Este livro busca compreender a organização, a resistência e a luta dos lavradores-posseiros de Pedra Lisa, região de Nova Iguaçu, situada na Baixada Fluminense, entre as décadas de 1940 e 1960. Ao revisitar esse período, pretendemos revelar não apenas os conflitos e desafios enfrentados pelos camponeses, mas também a força de sua mobilização coletiva, que marcou profundamente a história local. Por meio da análise de documentos, entrevistas e relatos orais, este estudo procura mostrar como essas comunidades, apesar das adversidades, foram capazes de se articular, resistir e deixar um legado de significados políticos e sociais que ressoam até hoje. O movimento dos camponeses de Pedra Lisa, articulado pela Associação de Lavradores de Pedra Lisa — fundada em 1948 com a finalidade de se opor ao avanço dos loteamentos e aos interesses das famílias detentoras de terras na região — constitui um marco na história da Baixada Fluminense. Lavradores, identificados como posseiros, por mais de 15 anos resistiram contra grandes incursões violentas de jagunços e policiais a mando de empresa loteadoras e famílias aristocráticas da então cidade da laranja.

Nesse sentido, cabe indagar: de que forma esses lavradores se organizaram? Que tipo de influência ou apoio a Associação recebeu durante seu processo de resistência e enfrentamento? De que maneira camponeses analfabetos e/ou semianalfabetos conseguiram articular-se e mobilizar-se a ponto de atrair a atenção e a intervenção do governo estadual em sua causa? Qual o significado da experiência de luta e organização de Pedra Lisa para o movimento camponês no Rio de Janeiro e, em âmbito nacional? Tais questões orientam a análise, a reflexão e as ponderações desenvolvidas ao longo deste trabalho.<sup>1</sup>

Para tal, dialogamos com José Claudio Souza Alves, Mario Grynszpan, Leonilde de Servolo Medeiros, Manoela Pedroza, dentre outros historiadores ou cientistas sociais que pesquisaram essa temática. O uso dos periódicos *Imprensa popular*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Voz Operária* e *Última Hora* nos permitiu entender e compreender certas discussões e pensamentos políticos da época, além

<sup>1</sup> Este texto deriva, em grande parte, da minha monografia apresentada em 2015, como requisito de conclusão do Curso de Licenciatura em História da UFRRJ, campus Seropédica. (Aguiar, Eduardo Jordan da Silva. Monografia (História) – UFRRJ, 2015).

de materiais e depoimentos dos lavradores sobre a região estudada. As entrevistas nos possibilitaram mergulhar em experiências e nuances que as fotografias, por si só, não poderiam transmitir — apenas quem vivenciou a história poderia nos revelar. A conversa com o companheiro Bráulio Rodrigues da Silva, um dos fundadores da Associação de Pedra Lisa e da escolinha popular, revelou-se fundamental para a conclusão deste trabalho. Com ele, não apenas confirmamos informações e ajustamos argumentos, mas também tivemos a honra de compartilhar momentos com um dos protagonistas mais significativos da história da Baixada Fluminense, cuja trajetória permanece viva na memória coletiva da região, principalmente de Pedra Lisa. A análise criteriosa das fontes, o diálogo com os autores citados, nos permitiu entender um pouco da mentalidade e dos interesses dos grupos e atores envolvidos nos conflitos de terras na Baixada Fluminense nas décadas de 40 a 60.

Antes, de mais nada, esse trabalho surgiu da nossa indagação e ânsia de querer estudar nossa região, nossa história. Meu contato com o mestre e amigo Ramofly Bicalho do Santos e, posteriormente, com o grupo PET Educação do Campo e Movimentos sociais da UFRRJ me levou ao caminho de escrita dessa pesquisa. Ao contrário do que certos políticos afirmavam a Baixada não é para os de baixo, nem apenas dormitório de uma classe trabalhadora do município do Rio de Janeiro. Ao analisar, estudar e nos envolver com a historicidade de Pedra Lisa, percebemos pessoas que lutaram contra esse estigma, resistiram e buscaram, em sua região, melhores condições de vida. Organizaram-se contra a onda imobiliária urbana industrial que avançava pela Baixada Fluminense em meados da década de 40. A Associação de Pedra Lisa rompeu paradigmas ao se inserir no cenário político iguaçuano como um movimento legítimo e organizado, consciente de seus direitos. A terra para esses lavradores era vida e eles lutaram por suas vidas.

Esse texto está dividido em três capítulos: 1) Baixada Fluminense: Antes esquecida, agora uma região de interesses e conflitos no século XX. 2) Unir para combater e avançar: Processos organizativos dos lavradores- posseiros em Pedra Lisa, distrito de Nova Iguaçu nas décadas de 40, 50 e 60. 3) A Escolinha de Alfabetização de Adultos e Crianças de Pedra Lisa.

No primeiro capítulo “Baixada Fluminense: Antes esquecida, agora uma região de interesses e conflitos no século XX analisaremos alguns processos da

história da Baixada Fluminense que desencadeou e fomentou as disputas de terras, ou seja, que fatores e desdobramentos contribuíram para a gênese de disputas e conflitos por terras na Baixada Fluminense. Para tal propósito nos debruçamos nas obras de Mario Grynspan (1987, 1990, 2009), José Claudio Sousa Alves (2003) e Gênesis Tôres (2004), além dos relatos de Bráulio Rodrigues e Antônio Lacerda. Os periódicos também contribuíram para tais propósitos. Ainda no primeiro capítulo em: Gênese das disputas e conflitos por terras em Pedra Lisa analisaremos o início dos conflitos por terras em Pedra Lisa, a fundação da Associação e os enfrentamentos com os diversos atores envolvidos. Também no primeiro capítulo em: Bráulio Rodrigues da Silva e sua militância em Pedra Lisa investigaremos a importância e a contribuição de Bráulio Rodrigues da Silva para a Associação de Pedra Lisa, pois o mesmo por 15 anos participou ativamente sendo presidente da Associação e fundador da escolinha de alfabetização de adultos e crianças.

No segundo capítulo: Unir para combater e avançar: Processos organizativos dos lavradores- posseiros em Pedra Lisa, distrito de Nova Iguaçu nas décadas de 40, 50 e 60, estudaremos os processos mecanismo de organização dos lavradores e da Associação, ou seja, como surgiu e qual propósito da Associação de lavradores de Pedra Lisa, qual a relação da Associação com os lavradores- posseiros, que influências ou enfrentamentos sofreu a Associação? Já no subitem: Roberto Silveira e a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, analisaremos a relação do governador petebista Roberto Silveira com a Associação de Pedra Lisa, nesse sentido, que tipo de apoio e qual a importância do político para Pedra Lisa?

No terceiro e último capítulo: A Escolinha de Alfabetização de Adultos e Crianças de Pedra Lisa, investigaremos a importância da escolinha de orientação popular para os lavradores, qual o propósito da Escolinha e sua importância dentro da perspectiva de uma educação popular no campo.

Debruçar-nos sobre a historicidade de Pedra Lisa é entender um dos maiores e mais importante movimento camponês e popular da história do Rio de Janeiro. É buscar compreender como lavradores analfabetos mudaram o cenário político da Baixada e do Rio de Janeiro entre 40 e 60 do século XX. É entender que um novo e importante ator social e político despontava na resistência e luta por direitos e justiça no conflituoso embate entre o campo e a cidade.



# CAPÍTULO I

## **BAIXADA FLUMINENSE: ANTES ESQUECIDA, AGORA UMA REGIÃO DE INTERESSES E CONFLITOS NO SÉCULO XX**

A ocupação da Baixada Fluminense, como em boa parte do Brasil, se deu pela fé com freguesias ligadas a grandes paróquias. Antes de qualquer coisa, o termo Baixada Fluminense deriva de Baixada da Guanabara ou Recôncavo da Guanabara como também era conhecida a região. Em quase toda sua totalidade, os atuais municípios surgiram da Vila Iguassú, atual município de Nova Iguaçu.

As freguesias propiciaram a existência de vilas. Os nomes das freguesias eram ligados a devoção católica quanto à região: Nossa Senhora do Rio Pilar, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. As freguesias ficavam pertos as margens do rio, pois faziam pontes com os caminhos do ouro e do café. Em 15 de janeiro de 1833 a povoação de Iguassú é elevada a Vila, Vila de Iguassú passa a exercer uma grande influência sobre as regiões adjacentes e tem um território vasto, porém muito insalubre. O século XIX foi o de progresso e de decadência para Vila Iguassú. Com a Estrada Real do Comércio a região teve uma grande evolução econômica e populacional. A Construção do Porto Iguassú, da Fazenda São Bernardino e da Estrada de Ferro Rio D'Ouro contribuem para esse processo de crescimento da Vila Iguassú no século XIX.<sup>2</sup>

Entretanto, com a criação da Estrada de Ferro D. Pedro II(1858) boa parte do comercio e comercialização de produtos é transferida para Maxabomba, longe de pontos importantes de comercialização da Vila Iguassú, as ferrovias dão lugar aos canais fluviais. Todavia, os canais transbordados juntos com a falta de saneamento básico, brejos e pântanos com as alagações trazem a malária. A sede da cidade é chamada de Iguassú velho devido ao crescimento da região próxima a igreja de Santo Antônio da Jacutinga, atual Santo Antônio e em 1891 a sede da Vila/ cidade é transferida para Maxabomba que ficava perto da Estrada de Ferro D. Pedro II. Essa mudança se deu principalmente pela estrada de ferro. O grande crescimento da população pelos percursos da estrada de ferro iria desencade-

---

2 TÔRRES, Gênesis (Org.). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. Ed. IPAHB, RJ, pp. 105. 2004.

ar com os anos grandes emancipações de distritos de Nova Iguassú. Até 1943<sup>3</sup>, Nova Iguaçu tinha território maior que o distrito federal (Rio de Janeiro)

Maxabomba foi uma sesmaria doa a Martim Correia Vaqueanos em 1692. Essa sesmaria engloba quase toda a totalidade de terras do que é hoje a atual Nova Iguaçu que teve esse nome pela lei nº 1331 de 1916 com o desígnio de perpetuar o nome Iguassú. Nesse processo de transferência de sede para Maxabomba, visava-se uma ocupação da região que desde o fim do século XIX via-se praticamente abandonada. <sup>4</sup> No século XX, Nova Iguaçu, cidade mãe da Baixada Fluminense, ainda tenta resolver problemas de abastecimento de água, saneamento, insalubridade, doenças contagiosas e crise econômica. Tais problemas somente começaram a ser solucionados em 1930, alguns persistem até hoje. Tais problemas poderiam se explicar, entre outros motivos, pelo tamanho do município. Em 1933 Nova Iguassú tinha 8 distritos que iam de Sarapuhí, no 8º distrito em Duque de Caxias a Marapicu em Queimados, 2º distrito. *(Ver mapa 1, pág. 56.)*

A citricultura com a produção da laranja na década de 30 fez com que Nova Iguaçu fosse nacionalmente e internacionalmente conhecida. Problemas econômicos e políticos na Era Vargas, a II Guerra Mundial e as condições ruins da Baixada Fluminense levaram a decadência das plantações e o fim da cidade da laranja. Estes vastos terrenos improdutivos, deixados pela crise da laranja, propiciaram na década de 40 e 50 a onda de loteamento em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense.<sup>5</sup> Distritos de Nova Iguaçu como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti na década de 30 já começam a sentir a urbanização com o processo de loteamento. Nas décadas de 50 a cidade começa a virar cidade dormitório do Rio de Janeiro, tal processo também propicia a povoação e a procura por terras.

## **A valorização das terras da Baixada Fluminense: Poder, disputas e violência**

A Baixada Fluminense nas décadas de 40, 50 e 60 viveu uma intensa agitação social e política. Diversos movimentos sociais e rurais surgiram e emergiram como forma de resistência e luta à onda loteadora capitalista, contra

<sup>3</sup> Ano da emancipação de Duque de Caxias.

<sup>4</sup> Ibid., p. 101.

<sup>5</sup> Ibid., p. 102-103.

a ineficiência do Estado e as péssimas condições dos Bairros. Tais movimentos sociais repercutiram não só na Baixada, mas no Rio de Janeiro como um todo<sup>6</sup>. O desenvolvimento industrial carioca veio carregado de antigas relações de clientelismo, patronato e oligárquicas, configurando novas relações entre os atores sociais. A industrialização do Estado do Rio de Janeiro, as obras de drenagem e saneamento do governo federal em 1938 com o objetivo de colonização e povoação do Rio de Janeiro se concentraram mais abundantemente na Baixada. Grandes fazendas eram loetadas, as ferrovias e estradas facilitavam o escoamento das pessoas para a Baixada Fluminense. Nesse sentido, o capital privado ligado aos investimentos públicos desencaderam um êxodo populacional para Baixada Fluminense, tais processos iriam fomentar emancipações em distritos como Duque de Caxias, São João de Mereti e Nilópolis que é uma cidade-loteamento. No entanto, até meados da década de 30 a região era desprezada e vista como uma região cercada por doenças e desconfiança pela camada política da capital da Guanabara.

Dialogando com Mario Grynszpan, percebemos que o problema da Baixada não era apenas do abandono, mas também de inundações e das doenças, a malária chegará à região. Com o abandono da mesma pelos senhores de engenho no pós-abolição e senhores da laranja a região retrocedeu em termos de urbanização e moradia. Extensos pântanos cobriam boa parte da região circular ao Rio Iguaçu, Inhomirim, Sarapuí e Meriti<sup>7</sup>. Todavia, em 1930 o governo estadual programou um plano de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem.<sup>8</sup> A Baixada Fluminense foi à região entre a década

6 Tem-se uma vasta obra que se dedica de uma forma mais profunda aos movimentos sociais e as lutas populares e camponesas na Baixada Fluminense, tais como: GRYSZPAN, Mario (Coord.). Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-1990). Rio de Janeiro: Seaf, 1990; GRYSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro; BERNARDES, J. A. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia); SOUZA, S.M. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS Dissertação de Mestrado, 1992; SILVA, Percival Tavares. MAB (1972-1992): relação vanguarda-base-massa-práxis político-educativa. Dissertação (Mestrado em educação), IESAE/FGV, Rio de Janeiro, 1994; ARAÚJO, F. G. B. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outros que são tão ou mais importantes.

7 TÔRRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Ed. IPAHB, RJ, pp. 183. 2004.

8 GRYSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro

de 30 a 50 que mais recebeu investimento do governo em relação à drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas, abertura e pavimentação de numerosas estradas.<sup>9</sup> O Departamento Nacional de Obras e Saneamento juntamente com a Divisão de Terras e Colonização criados, respectivamente, em 1936 e 1938 servem para dar apoio a um plano de obras e colonização na Baixada Fluminense. As obras do DNOS foi um dos maiores investimentos de infra-estrutura que aconteceu na Baixada Fluminense, milhares de pessoas dessecaram pântanos, retificaram rios, abriram canais, tudo isso para possibilitar a povoação. Tais instituições, segundo Grynszpan, visavam combater os problemas do abandono da agricultura e da apropriação indébita de terras. No entanto, as obras, agravaram os problemas, valorizando as terras e a região.<sup>10</sup> Ligado a essas ações, outros investimentos estaduais como a eletrificação da ferrovia Central do Brasil 1935, a inauguração da Avenida Brasil em 1946 e a abertura do tráfego a rodovia presidente Dutra em 1951 possibilitaram a valorização das terras e o processo de loteamento<sup>11</sup>. A partir de tal programa e ações a Baixada começou a sair do Estado de desolação e abandono. Tais ações ofereceram condições mínimas de moradias e gênese à onda loteadora que fomentou novas relações de poder e dominação.

Na década de 40 e parte da de 50 Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo ver surgiu de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da posse por exemplo que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e também a Fazenda Caioba e Cabuçu.<sup>12</sup>

Com esse valorização das terras e o processo de loteamento novos interesses e sujeitos entraram na cena política e social da Baixada Fluminense, em especial, no município de Nova Iguaçu. Posseiros e grileiros travaram grandes

---

(1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 27.

9 Ibid., p.43.

10 Ibid., p.43.

11 Souza, Sonali Maria de. A Memória dos laranjais na cidade do loteamento: considerações sobre feitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. p. 3.

12 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

embates, físicos e institucionais, pela terra em Nova Iguaçu. De um lado, os lavradores e posseiros que lutam pelo direito à terra, de outro, os grileiros que, em muitos casos, representavam grandes empresas ou famílias que, com a valorização das terras, julgavam-se donas das mesmas comprando-as ilegalmente ou facilitadas pelas relações com os aparelhos públicos.

Posseiro era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros. Esse termo surgiu e se consolidou com a própria luta. Foi apenas a partir de meados dos anos 1950 que começou a aparecer nos jornais com maior insistência.<sup>13</sup>

Lavradores, auto-identificado como posseiros representavam uma classe de trabalhadores rurais que eram oprimidos pelo surto especulativo imobiliário. O alto valor dos imóveis no centro da cidade fomentou o fluxo populacional em direção a Baixada. (GRYNSZPAN, 1987, 2009). Os investimentos federais e estaduais na Baixada Fluminense por volta das décadas de 30, 40 e 50 fomentaram a especulação dos lotes e terra que, por conseguinte, deram gênese a disputas territoriais entre posseiros, grileiros, agricultores, produtores e moradores locais. Os especuladores, nesse contexto, poderiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. Nessa disputa por terras, começou os despejos e, conseqüentemente, as lutas e resistências dos lavradores e moradores por suas terras<sup>14</sup>

A mobilização, organização e politização dos posseiros na luta por suas terras significou um marco e uma quebra de paradigma na sociedade elitista da Baixada Fluminense, pois esses sujeitos viraram atores no cenário político do Estado do Rio de Janeiro. A politização da luta camponesa, o surgimento organizativo das mobilizações dos camponeses e trabalhadores rurais com as ocupações, desapropriações, manifestações, levantes e a formação da FALERJ, da CPT foram ações desses sujeitos em busca de resistência e direitos (Alves, 2003, pp. 73).

A luta e resistência dos lavradores pelas suas terras se tornaram uma questão camponesa, política e social, pois o despejo era tido como roubo e

13 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.88.

14 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.41.



uma injustiça contra o camponês. Nesse sentido, a noção de direito à terra está ligada a sobrevivência, bem como, a situação de desespero e desamparo que o despejo coloca o lavrador<sup>15</sup>. Sendo assim, lideranças como Zé Matias (José Teodoro), José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Jerônimo, Bispo Dom Adriano Hipólito, entre tantos outros, se doaram a questão camponesa e através de suas militâncias, sacrifícios e vidas, mudaram a luta de classes na Baixada Fluminense.<sup>16</sup> A onda loteadora transformou as relações sociais e políticas na Baixa Fluminense em meados do século XX. Nesse processo, tivemos a inserção de novos atores e sujeitos sociais como os posseiros (lavradores) e os grileiros, empresários e grandes famílias que buscavam mais terras e assim mais poder. O camponês desde a gênese da república brasileira é tido como minoria, pois o processo de gestação e desenvolvimento da república esteve ligado aos interesses dos proprietários de terras.

O modelo americano, em boa parte vitorioso na Constituição de 1891, se atendia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Lá, como lembrou Hannah Arendt, a revolução viera antes, estava na sociedade igualitária formada pelos colonos. A preocupação com a organização do poder, como vimos, era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera revolução prévia. Apesar da Abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder.<sup>17</sup>

Na república, o camponês era tido como retrocesso, não havia espaço para o camponês na identidade nacional que começava a ser formulada no século XX. O projeto de república liberal norte-americana agradou aos latifundiários no Brasil também nessa ótica. O Lavrador estava esquecido, menosprezado, distante do cenário político e das discussões sobre os seus direitos. Nesse sentido, esse texto tem como principal objetivo conhecer, bem como ressaltar, a importância histórico social de grupos, associações e lideranças políticas que protagonizaram lutas e resistiram contra as invasões e expulsões de terras, além da violência contra os lavradores em Nova Iguaçu, nas décadas

<sup>15</sup> Ibid., p 74.

<sup>16</sup> Sobre lideranças camponesas e lideranças que se sacrificaram pelas lutas camponesas no Brasil e na Baixada Fluminense ver: CARNEIRO, ANA. Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília, MDA, 2ª. ed. 2011.

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário político da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 25, 1990.

de 40 a 60. Sua luta e organização significaram uma quebra de paradigma no cenário político da época, pois colocou o lavrador como ator social e político.

## **Gênese das disputas e conflitos por terras em Pedra Lisa**

“O Preço de nossa terra é a vida de todos nós”, assim o jornal *Imprensa Popular* de 28 de dezembro de 1958 abre sua manchete sobre mais um ataque sobre os lavradores e trabalhadores rurais da “zona conflagrada” de Pedra Lisa. A tentativa de despejo se dava através de grileiros, policiais e jagunços a mando da Companhia Fazenda Reunidas Normandia, pertencente à família Guinle que morava no Flamengo em frente à praia. Tal companhia, segundo fontes do periódico, tem estreitas ligações com o policial Joaquim de Castro e o pistoleiro Zé Mineiro e através, principalmente, das ações deste, realizava tentativas de despejos contra mais de 400 pessoas da região de Pedra Lisa.<sup>18</sup> Pedra Lisa localizava-se, na época, em Queimados, 2ª distrito de Nova Iguaçu. Nesse local, há cerca de 30 anos, lavradores vem cultivando e desbravando a terra. Nesse tempo, foi organizada pelos camponeses uma Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. A escola, mantida por essa associação, era de cunho ideológico popular, além de um centro religioso, além do espaço onde os lavradores comercializavam todo o cultivo de suas terras, abastecendo as regiões adjacentes. Segundo o Periódico *Imprensa Popular*, a região de Pedra Lisa antes dos Lavradores era um terreno totalmente impróprio e desvalorizado.

Mato e pântano. Viviam cobras e sapos na Fazenda Nacional. Apareceram então os primeiros posseiros, há 35 anos atrás. O mato foi limpo, as valas dragadas, os pântanos aterrados. Ao mesmo tempo os posseiros iam cultivando aquelas terras devolutas. Por sua vez, o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense acabou com as febres freqüentes ali. Empresas de loteamento abriram estradas.<sup>19</sup>

Desta forma, a Companhia Normandia, no começo da década de 50, depois de décadas de cultivo e trato da terra por parte dos lavradores, se apresenta como dona da terra. O interesse dos irmãos Guinle, donos da Companhia Normandia, justificava-se depois das ações de saneamento e limpeza das terras do DNOS

18 Jornal *Imprensa Popular*: 28/12/1954.

19 Jornal *Imprensa Popular*: 28/12/1954.

(Departamento Nacional de Obras de Saneamento).<sup>20</sup> Em primeira mão como ganhadora de um leilão para corte de lenha e depois com um título de posse, sem sequer limitação das terras. A Cia Normandia, através dos grileiros, realizava incursões violentas contra os lavradores. Em mais uma manchete do jornal *Imprensa popular* com o título: *Resenha Fluminense: violência contra os lavradores do 6º distrito de Nova Iguaçu* são relatadas as atrocidades dos grileiros da Cia. Normandia. Tais atrocidades foram tantas, que os posseiros tiveram que recorrer ao deputado Geraldo Reis, para denunciar a violência.<sup>21</sup> Casas queimadas, plantações destruídas e ainda as ameaças de morte. Crianças, mulheres, pessoas de idade tinham que conviver diariamente com essas conflitos e ameaças de despejos. As empresas e companhias imobiliárias que adentravam na região da Baixada Fluminense começavam a se encaixar no pensamento capitalista industrial. Em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense existiam grandes atores com grandes concentrações de terras.

Os proprietários de terra da Baixada Fluminense na época eram a Santa Casa de Misericórdia, o Comendador Soares, a família Guinle, O Conde Modesto Leal, Família Telles de Menezes, os políticos não representavam os anseios do povo e os mesmos adquiriram muitas terras, o próprio Fábio Raunheitti, A família Távora, família Alvarez.<sup>22</sup>

Como vimos, com a queda da citricultura, as obras de saneamento, ferrovias e estradas sendo criada, a terra na Baixada passou a ser a mercadoria mais valiosa. Nas falas de Paulo Freire podemos enxergar uma síntese desse pensamento: o dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez mais, à custa inclusive do *ter menos* ou *ter nada* dos oprimidos.<sup>23</sup>

Nesse sentido, os trabalhadores rurais sentiram a necessidade de se organizar e fundam a associação dos lavradores de Pedra Lisa.<sup>24</sup> No começo do

20 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.21, 2008.

21 *Imprensa Popular*: 02/06/1956.

22 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

23 PAULO, Freire. *Pedagogia do oprimido*. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 62, 2013.

24 *Jornal Imprensa Popular* : 28/12/1954

confronto e gênese da associação, destaca-se a liderança de Zé Matias ou José Tenório e um pouco depois Bráulio Rodrigues, nomes conhecido e saudosamente lembrado pelos companheiros de militância na Baixada. Zé Matias não era ligado a nenhuma expressão partidária, mas tinha uma grande expressão de massa.<sup>25</sup> O líder dos lavradores disse que tinha gente de fibra e iam enfrentar bala aqui! (em Pedra Lisa). Em meio ao avanço da Companhia e dos grileiros, foi se gestando a luta e organização dos lavradores do município de Nova Iguaçu. Mas não se tratava apenas de uma luta por terras. Para os lavradores, a terra era mais que um meio para sobreviver. A terra era um lar, identidade, a terra era vida. Na fala do camponês Aristóteles podemos enxergar a conotação do que era Pedra Lisa: *“Isto aqui é minha vida. Dizer que essas terras não são minhas é dizer que não é meu o coração que bate no meu peito. Quem quiser roubar isso aqui terá que passar pela vala e cada vala é uma trincheira”*<sup>26</sup>.

No estado do Rio, os despejos *eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização.*<sup>27</sup>

Sendo assim, o que os grileiros, bem como a Companhia Normandia queria, segundo os lavradores, era visto como roubo e uma injustiça contra as famílias que ali moravam. Nesse sentido, a liderança de Matias e Bráulio foi fundamental para a organização da região frente às ações dos grileiros e das Companhias de Loteamento. Assim, o objetivo principal no fim da década de 40 e início de 50 em diante, era a especulação imobiliária, ou seja, o povoamento da região da Baixada Fluminense. Os despejos seria um processo para limpar as terras para os loteamentos das Companhias imobiliárias. Então, notamos que esse processo significa um rompimento da função social da terra para os lavradores, pois suas terras ficariam ao bel interesse das companhias imobiliárias e das famílias detentoras de grandes terras.

Três caminhões por dia- Disse-nos- vão para o mercado da Praça 15 carregados de abóbora, cana, aipim, batata, jiló, banana e quiabo. Somos nós que plantamos com o suor de nossos rostos. Nossos produtos são vendidos também na feira de

25 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.19, 2008.

26 Jornal Imprensa Popular : 28/12/1954

27 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.71.

Caramujo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti. Não é justo servi de tico-tico para a Normandia. E Como se estranhássemos a última frase, explicou: - Sim, tico-tico é que cria e choca os filhotes do pardal.<sup>28</sup>

Cabe destacar que Pedra Lisa tinha uma função econômica de abastecimento das populações da Baixada Fluminense. Cumpria uma função social de fundamental importância para a manutenção da população da Baixada e em termos do Rio de Janeiro. Todavia, o interesse dos grileiros seria a valorização das terras ocasionadas, principalmente, pela realização de obras públicas ao longo da Baixada como estradas e saneamento e o fato dos lavradores em cerca de mais de 30 anos terem cuidado das terras tornando-as férteis e habitáveis, porém o objetivo com os despejos não seria a produção social da terra gerando alimentos, mas sim a especulação das terras e o loteamento para vendas<sup>29</sup>. Com os ataques a lares e plantações em Pedra Lisa, os grileiros da companhia Normandia, atingiam também o mercado carioca de legumes e verduras, pois, como vimos, os lavradores abasteciam com suas plantações as famílias de boa parte dos lares cariocas.<sup>30</sup> Nesse sentido, a violência cometida contra os posseiros em Pedra Lisa representava não tão somente uma ameaça ao seu trabalho, seus lares e famílias, mas também ao mercado de legumes, verduras e frutas da Capital do país, pois os posseiros abasteciam diretamente o mercado municipal do Estado do Rio de Janeiro.

Frente à onda especulativa imobiliária e os interesses de famílias e empresas na Baixada Fluminense, a organização e a luta dos lavradores pelos seus direitos, suas terras e seu lar se intensificaram, isto é, fomentou e desencadeou ainda mais o processo de organização dos lavradores. Nesse sentido, Zé Matias organizava as pessoas que chegavam dando lotes de moradia e de cultivo, cerca de 3 hectares de terra para cada um e foi indo e chegando pessoas e em meio as ameaças, problemas da região e tendo em vista uma maior organização é criada em 1948 a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. *“Zé Matias era muito querido, ele não explorava financeiramente ninguém, não era petulante, não era agitado, no sentido de maltratar as pessoas. Ele era enérgico. Sabia ler, escrever, mas era semianalfabeto, não tinha instrução de curso primário”*.<sup>31</sup>

28 Imprensa Popular: 28/12/1958.

29 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 41.

30 Imprensa popular: 20/07/1955.

31 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.25, 2008.



Vemos, assim, que os lavradores se reuniam uma vez por semana na frente da Associação e em dia de reunião cada lavrador leva seu problema para levantar e pedir solução, posterior os lavradores dão suas opiniões e afinal tomam deliberações em relação ao que plantar, divergências sobre divisa das terras, problemas como manter a escolinha, o salário da professora, livros, segurança da região e quando a região estava sobre ameaça de despejo às reuniões eram mais frequentes.<sup>32</sup> Nos relatos de Bráulio Rodrigues de Oliveira, a associação no que tange a organização não sofria interferência de nenhum partido político no seu começo. O Zé Matias Arregimentava as pessoas que vinham de várias localidades para Pedra Lisa, pessoas de Macaé, Itaperuna, Miracema se estabeleceram ali e quando chegam não vão embora, pelo contrário, moram e tem seus filhos, netos, ou seja, a terra é mais que um espaço ocupado para cultivo e produção, a terra é um lar. Esse sentimento de familiaridade, de unidade com Pedra Lisa que está no centro da resistência e sobrevivência da Associação. Sendo assim, não basta apenas mecanismos organizativos ou ferramentas, ou seja, a vontade, os laços com a terra, o sentimento de injustiça e de lutar pelo que é nosso que iria manter os lavradores em seu “lar”.

Justamente por tais motivos, os lavradores se viam com direitos sobre a terra e a luta era uma afirmação, um combate legítimo frente à onda da industrialização que começara na Baixada Fluminense. A organização se deu de tal forma que Zé Matias pagava uma espécie de pensão para os lavradores que eram filiados a Associação, em caso de morte a família recebia uma pequena quantia em dinheiro. A Associação dos lavradores consegue pleitear juntamente ao Presidente da República uma autorização de posse de 300 alqueires em nome da Associação de lavradores de Pedra Lisa, sem dúvida foi um marco não só para os camponeses de Pedra Lisa, mas para as disputas de terras que se instalaram na Baixada Fluminense. As Companhias, famílias, empresas, jagunços e grileiros eram ligados as delegacias e, muita das vezes, ao poder político local o que facilitava a prática de injustiça, a violência, a negação de direitos dos lavradores. “Na década de 50 tinha muito violência na política, quase tudo

---

32 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.23, 2008.

se resolvia na bala. Tínhamos uma Câmara de vereadores retrógrada, elitista e conservadora”<sup>33</sup>, então a conquista da posse pelos camponeses de Pedra Lisa se configurou uma importante vitória para a causa dos camponeses espalhados pelo Brasil a fora que lutam por suas terras.

Sem dúvida a experiência dos lavradores de Pedra Lisa teve uma repercussão no Sul do Brasil e âmbito nacional. Servindo também de escola de aprendizagem para lideranças que ficavam um tempo em Pedra Lisa bebendo da experiência camponesa no que tange a organização e mobilização.<sup>34</sup>

É preciso ter em conta, entretanto, que mesmo com a legalização das terras em Pedra Lisa continuaram os despejos e a violência contra os lavradores. *Nós tivemos muita luta, muito despejo. Quando a gente era despejado, saía e voltava no outro dia. Os despejos eram feitos pelos que diziam que eram donos. O que mais me chamou a atenção nesses despejos foi à disposição das pessoas que eram evangélicas.*<sup>35</sup>

Os irmãos Guinle donos da Companhia Normandia não cessaram as ameaças, as mesmas tomaram cenas de terrorismo e brutalidade contra os lavradores: queimadas, perseguições, ateiamento de fogo em casas em Pedra Lisa. As ações criminosas acabaram com a vida do primeiro presidente da Associação dos Lavradores de Nova Iguaçu, Zé Matias. Um ataque do matador José mineiro orquestrado pela polícia local põe fim a vida de um dos maiores líderes que o movimento de luta do campo de Nova Iguaçu já se ouviu falar<sup>36</sup>. Ainda hoje tem uma foto do líder em Pedra Lisa. O processo de Organização em Associações foi uma quebra de paradigma em Nova Iguaçu, Duque de Caxias também organizará uma Associação de Lavradores com a liderança de Manoel Marins e Zé Pureza. Sendo assim, ao que nos parece, essa movimentação e organização dos camponeses se gestaram pelos atos de violências dos grileiros, mas acima de tudo por um

33 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

34 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

35 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.24, 2008.

36 Jornal Imprensa Popular : 28/12/1954

combate as injustiças e lutas por direitos. As violências e as injustiças cometidas nos despejos com certeza contribuíram para um aceleração da organização enquanto associação, porém não podemos atribuir a reação contra os grileiros como única incitação.

Dessa conjuntura, isto é, da ação das lideranças, juntamente com a comunidade dos lavradores, bem como a organização com a Associação dos Lavradores em 1948 em Pedra Lisa, teve gênese a luta e a resistência contra os despejos e injustiças. Todavia, um líder só é forte com um grupo coeso e unido ideologicamente e socialmente, nesse sentido, a associação dos lavradores de Pedra Lisa permitia isso. Os laços com a terra e o sentimento afetivo pela região foram fundamentais para tal processo. Além de espaço de resolver problemas, era um espaço para organizar, reivindicar, planejar. Desta forma, a organização dos lavradores se deu também para resolver problema da comunidade no campo. A dialética entre opressor e oprimido, muitas das vezes, coloca o oprimido como reagente ao opressor, ou seja, o oprimido realiza suas ações em reação ao opressor. Os posseiros desencadearam com sua organização e lutas num processo de humanização da sua causa, pois para os mesmo sua causa era legítima. Nesse sentido, para quem oprime, humanização dos oprimidos é subversão, assim como sua liberdade também o é.<sup>37</sup>

Existia uma propaganda maciça de ligar todo o movimento de Pedra Lisa a tudo aquilo que havia de pior no mundo, por exemplo a Cuba e aos comunistas. Buscavam demonizar e inferiorizar o movimento de Lavradores de Pedra Lisa.<sup>38</sup>

Com isso, a organização em Associações gerou mais ondas de violências e despejos. Na matéria do Jornal Popular de 29/06/1957 fica expressa tal violência e injustiça, nem as crianças são poupadas da arbitrariedade.

Dizem que a entrada dos homens para a Associação dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu (Pedra Lisa) é que veio a provocar as ações do latifundiário (...). Eram cerca de sessenta homens, armados de fuzis e até metralhadoras. Soldados e civis sob o comando de Jovino e seus dois filhos, que trabalhavam como jagunços do vereador Pimenta. “Foi uma destruição de corta o coração”, diz Elias.<sup>39</sup>

37 PAULO, Freire. *Pedagogia do oprimido*. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 64, 2013.

38 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

39 Jornal Imprensa Popular: 29/06/1957

Além da violência, da negação de direitos, podemos ressaltar outros pontos nesse depoimento. As ligações dos grileiros e Jagunços com poderes políticos e policiais locais do município de Nova Iguaçu contra os lavradores.<sup>40</sup> Assim, a organização em Associações buscava a luta por direitos, bem como representatividade e um espaço de negociação, em alguns casos, com os grileiros e autoridades locais. A luta pela permanência na terra se configura como um projeto de futuro, pois o lavrador ver a terra além do custo benéfico, além da ilegitimidade do despejo, da prática de injustiça por quem o expulsa.<sup>41</sup> Zé Matias, com a autorização de posse, negociou muito com os grileiros, o pessoal do carvão, da lenha.<sup>42</sup>

Dialogando com Mário Grynszpan, percebemos que as ações dos sujeitos do campo não podem cair na simplificação de meras respostas, reações e estímulos provocados por um opressor.<sup>43</sup> Na Associação discutiam-se diversas outras peculiaridades e problemas, muitas das quais ligadas a terra e sua lavoura, questões da escolinha, da divisão das terras<sup>44</sup>. Certamente, reduzir a organização dos lavradores em torno da luta contra os grileiros será colocá-los apenas como reagentes da violência, tirando-os sua autonomia e ações como sujeitos históricos. De certo, que os despejos intensificaram, como vimos, a necessidade de organização e luta, mas a organização tão somente teve esse intuito.

## **Bráulio Rodrigues da Silva e sua militância em Pedra Lisa**

Nesse sentido, de organização e militância pela causa camponesa, destacamos e evidenciamos a liderança e ação de Bráulio Rodrigues da Silva. Chegará a Pedra Lisa, clandestinamente e fugindo, em 1948. Ajudando e assumindo tarefas,

---

40 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.25, 2008.

41 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 66.

42 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.24, 2008.

43 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 60.

44 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.23, 2008.

no começo, estava ainda espreitando e observando<sup>45</sup>. Com a morte de Zé Matias, Bráulio juntamente com Agenor Correia Porto foi importante na continuação da luta e resistência dos Lavradores de Pedra Lisa. Pela sua experiência no Partido Comunista em Petrópolis, Bráulio Rodrigues pode contribuir com a organização dos lavradores. O mesmo salienta em seus relatos que a luta, aprendizagem, resistência e organização em Pedra Lisa foi à verdadeira escola como movimento camponês<sup>46</sup>. Nesse processo de organização, juntamente com os companheiros de Pedra Lisa, conseguiu ser recebido pelo governador do Estado Roberto Silveira (PTB) e a presidente da República João Goulart conseguindo a desapropriação e a posse das terras.

(...) nos chegamos a ir pro Palácio do Ingá. Chegamos às 14h ao Palácio, mas Roberto não estava. A esposa dele disse que nos íamos esperar um “bucado” de tempo porque ele não está, mas vocês vão comer e beber aqui. Levamos 400 pessoas no Palácio do Ingá.e ele chegou era 23h e nos esperamos e não arredamos o pé de lá. Ai ele, Roberto, fez o ato de desapropriação das terras de Pedra Lisa e deu as terras pra gente. (Informação verbal) <sup>47</sup>

Todavia, esses avanços não impossibilitaram as ações violentas dos grileiros. A luta e resistência desses trabalhadores e lavradores rurais significaram uma mudança na configuração social, política e cultural na Baixada Fluminense. Ao descobrirem o opressor *“se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor”*.<sup>48</sup>

O movimento social que criaram foi para recente história da Baixada uma das melhores expressões da capacidade de mobilização, de organização e de empreendimento político por parte de setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos seus representantes políticos e culturais a presença desses novos atores na cena política do Estado do Rio de Janeiro não ocorreu, porém, sem dificuldades e polêmicas. (ALVES, 2003, pp.73.).

45 Ana Carneiro; Marta Cioccarri. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos; Brasília: MDA, pp.195, 2011.

46 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.24, 2008.

47 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [ junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 ( 85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

48 PAULO, Freire. Pedagogia do oprimido. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 72, 2013.



O posseiro, lavrador imergiu no cenário social e político da Baixada Fluminense e em municípios como Nova Iguaçu, onde se encontravam Associações de Lavradores, eles se configuram como atores políticos que representavam as causas do camponês contra os grileiros e as Companhias de loteamento<sup>49</sup>. Sua voz antes silenciada por fúzis, metralhadora passa, lentamente e de várias formas ganha espaço no cenário político da Baixada Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. Na luta, na resistência contra os despejos, nas ocupações, nos embates enfrentados que se gestou a organização combativa dos lavradores de Nova Iguaçu. Nesse sentido começaram o processo de cooptação e integração dos movimentos dos lavradores pelas instituições, classes, partidos e afins.<sup>50</sup>

Num dos casos, mais tarde, já citado, com a liderança de Bráulio Rodrigues da Silva nos despejos da Fazenda São Pedro em Nova Iguaçu, os lavradores, mediante a ação judicial em favor dos grileiros, foram até o governo, invadiram o palácio do Ingá e cerca de 400 homens, mulheres e crianças ocuparam o espaço como medida de protesto pela perda de suas terras. Mediante a insistência dos lavradores, o governador do Estado do Rio de Janeiro em 1962 assinou a desapropriação da Fazenda. Nesse processo de conscientização, organização fica nítida a responsabilidade, a doação, união e ação dos lavradores pela causa. Tal processo, segundo Paulo Freire se gesta pela responsabilidade total na superação oprimido-opressor.

Desde o começo mesmo na luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que aceitam a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passam a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar -se”<sup>51</sup>

Os lavradores de diferentes formas e modos se organizavam para defender e lutar por suas terras, seja por formas pacíficas, seja pela luta armada, seja por ocupação. O direito à terra, bem como de sua sobrevivência e de sua família e a perspectiva de ver-se em desamparo e degradação os impulsionava para a luta

49 GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Editora UNESP, V.1, Brasília, pp. 48-49, 2009.

50 Ibid., p. 49-50.

51 PAULO, Freire. Pedagogia do oprimido. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 76, 2013.

e resistência.<sup>52</sup> Bráulio Rodrigues da Silva, nesse sentido, foi um importante e fundamental liderança de Pedra Lisa. Por mais de 15 anos lutou e participou diretamente na Associação de Pedra Lisa. Como ele mesmo disse: eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem.<sup>53</sup> Ajudou na organização, mobilização e luta. Tentou e buscou trazer uma gestão democrática com reuniões populares com todos os lavradores participando nas decisões. Não visava o lucro, nem a competitividade. A Associação quando ele foi presidente teve um sentimento de solidariedade e de colaboração mútua entre os lavradores-posseiros. Todos tinham que trabalhar e se tivesse alguns protestos tinham que ir, pela escola e por palestras conscientização as pessoas sobre a importância da terra. *A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra!*<sup>54</sup>

Não queremos favor seu repórter, queremos é trabalhar em paz. Temos ou não temos que defender com sangue nossas terras, seu repórter? Todos aqui trabalham sol e chuva. A lei da associação aqui é está: quem trabaça, não manduca. Conheço essas terras como a palma da minha mão.<sup>55</sup>

Pelas palavras do Lavrador Aristóteles de Pedra Lisa existia todo um simbolismo sobre a terra para os lavradores. A terra era lavrada e através dessa relação: trabalho- terra, trabalho-família, terra-lar é produzido uma identidade, um capital simbólico sobre o espaço onde os lavradores cultivam e viviam. Nesse sentido, *a luta e defesa das terras com o próprio sangue* carregavam uma séria de relações e sentido, pois para o posseiro as terras representavam mais que um lugar de trabalho e sustento, a terra significava sua própria existência, sua vida. Havia diversos laços sociais e sentimentais com a terra. Por essas concepções, as ações dos grileiros e o despejo vinham carregados de um sentido totalmente negativo, uma injustiça, uma negação de direitos.

Tal mecanismo e processos desencadearam uma organização popular. Como vimos, em diálogo com os periódicos e com a memória de Bráulio Rodri-

52 GRZYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 74.

53 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

54 Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

55 Imprensa Popular: 28/12/1958.

gues da Silva, na sua gênese a organização popular, em associação, dos lavradores se desencadeou sem interferências políticas. Tal processo, em fins da década de 40 e início da 50, se configurou como uma quebra no paradigma político da época. Atores e sujeitos como Zé Matias, Bráulio Rodrigues da Silva, Zé Pureza entre outros passaram a fazer parte do cenário político da época. A questão camponesa virou um problema estadual quiçá nacional. Diversos outros movimentos de lavradores e posseiros eclodiram na Baixada e no Rio de Janeiro (*Ver mapa 2 e 3, pág. 57*). De uma organização popular em sua gênese contra a violência e injustiça de grileiros a pauta freqüente de discussão no cenário político brasileiro.

<sup>56</sup> Lavradores, auto-identificados como posseiros eram em meados nas décadas de 40, 50 e 60 antes da Ditadura Civil-Militar de 1964 uns dos principais atores políticos e sociais da Baixada Fluminense. Nesse sentido quebra o sentimento de subalternidade, em muitos casos, enraizados politicamente no camponês ao conseguir acordos em âmbitos estaduais e Nacionais.<sup>57</sup>

Dialogando com Grynszpan, a questão camponesa da Baixada fluminense, em especial de Nova Iguaçu se diferencia nesse tópico dos demais levantes camponeses pelo Brasil e pelo Mundo, pois rompi a lógica de isolamento, i. e., consciência de inferioridade com uma atuação política e social ampla com pleito na república federal e estadual. O camponês era o tipo básico da sociedade tradicional e em muitos tempos foi assim, até a Grande transformação e os adventos da revolução industrial. A partir de tal passamos a vê-lo como classe, comunidade, associação. Doravante, todos se consideravam camponês em um mundo tipicamente da Europa feudal do século XII.<sup>58</sup>

No processo de transformação e industrialização das sociedades, o camponês, o homem da terra foram sendo inferiorizada, subalternizado, ou seja, de maioria passou a minoria em uma sociedade pauta por repúblicas burguesas capitalistas. Então, quando atores camponeses reaparecem como sujeitos com uma causa, pautado em uma organização popular e lutando por seus direitos, percebemos uma reversão, um combate a essa lógica de inferiorização. Pedra Lisa signi-

56 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.147-159.

57 Ver o periódico já citado Imprensa popular de 24/12/1958, p.6 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22 2008.

58 HOBBSAWM, E. "Os camponeses e a política" *Ensaio de Opinião*, n.8, pp. 44, 1978.

ficou, em sua gênese, uma quebra nesse pensamento industrializante capitalista das repúblicas burguesas capitalistas. Zé Matias um lavrador semianalfabeto e com pouca, pra não dizer nenhuma, bagagem política institucional ala Brasil da época (1940 a 1960) e com pouco material bélico negociou e lutou por suas terras ao ponto de conseguir uma declaração de posse do Presidente da República Federal.<sup>59</sup>

Bráulio Rodrigues da Silva, um militante com pouco estudo do interior de Minas Gerais ajudou a organizar e desenvolver um dos maiores e mais significativos movimentos de camponês-posseiro do Brasil. Foi recebido no Palácio do Ingá pelo então governador Roberto Silveira, conseguiram unir e mobilizar mais de 400 lavradores em prol de um único pensamento: Pedra Lisa é nossa. Fundou e ajudou a organizar a escolinha de alfabetização de adultos e por mais de 15 anos resistiram aos avanços e golpes dos grileiros e interesses da elite latifundiária e política da Baixada Fluminense. Seu Bráulio na ditadura sai de Pedra Lisa, queria ficar mais seus próprios amigos sabiam que ele ainda tinha muito que fazer pela Baixada.

Depois do golpe de 64 eu tive que sair de lá. Tive que sair. Porque o pessoal mesmo de lá disse: seu Bráulio, a gente não quer herói não. A gente quer o senhor vivo. O senhor aqui vai se prejudicar porque eles vão vir buscar vocês. Eles tiveram aqui e não te encontraram. Eles estão atrás do senhor. O senhor ainda vai prestar muito serviço e não queremos que você seja preso não.<sup>60</sup>

Seu Bráulio, como ainda é chamado, foi e ainda é, pois aos 92 anos ainda faz história em Magé, foi um importante líder não só de Pedra Lisa, mas também da Baixa Fluminense. Ajudou na ocupação do Assentamento de Campo Alegre e na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi perseguido e preso cerca de 8 vezes durante a ditadura civil-militar, contribui diretamente no Movimentos Amigos dos Bairros (MAB) de Nova Iguaçu, ainda participou da Cooperativa de lavradores de Magé. Certamente, em diversas conquistas do povo trabalhador e camponês de Nova Iguaçu se tem um pouco do Seu Bráulio.

59 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22, 2008.

60 Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

## CAPÍTULO II

### **UNIR PARA COMBATER E AVANÇAR: PROCESSOS ORGANIZATIVOS DOS LAVRADORES - POSSEIROS EM PEDRA LISA, DISTRITO DE NOVA IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 40, 50 E 60**

“... Piratas agrários que, munidos de armas de fogo e com o diabo no corpo, reduziram plantações a pó, puseram porcos em disparada, queimaram casebres, além de roubarem a vida de um lavrador de nome Zé Matias... Esse episódio revoltante, cheio de lances de vandalismo, marcou de maneira patética o início da luta entre grileiros e lavradores no sexto distrito de Nova Iguaçu” <sup>61</sup>

Em fevereiro de 1948 era fundada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu. Portanto, dois anos depois daquelas dolorosas ocorrências esboçava-se com grande animação, em Pedra Lisa, sede da sociedade, poderoso movimento de resguardo das glebas (terras), cuja ocupação pelos lavradores fora autorizada pelo Ministério da Agricultura. <sup>62</sup>

O Começo da união dos lavradores e posseiros em Pedra Lisa não cessou os constantes ataques de grileiros a mandos de Cia loteadoras. Ligados a empresas loteadoras, grandes latifundiários, representantes públicos dos grileiros usavam do nome da lei para agir contra a própria ordem constituída. Todavia, os lavradores organizaram-se de tal forma e com grandes proporções que conquistaram o direito de posse com o decreto-lei nº 838 de 26 de novembro de 1948 e ligado a esse movimento de resistência, luta, organização e mobilização foi fundada a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

A pessoa que participou e organizou esse processo de fundação de Pedra Lisa era analfabeta, não sabia ler, mas tinha uma cabeça fora do normal. Falava bem, conversava, mas era analfabeto. A primeira organização do Estado foi em Pedra Lisa. Ali houve luta mesmo, enfrentamento com polícia, essa coisa toda. Pedra Lisa foi organizada para defender as terras. Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Zé Matias foi o fundador. A Associação era muito forte mesmo, os trabalhadores eram pontuais e firmes. <sup>63</sup>

---

61 Jornal A Noite: 15/06/1956.

62 Jornal A Noite: 16/06/1956.

63 Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

A Associação surgiu como forma de resistência, mobilização e luta aos despejos e ações dos interesses da onda urbano industrial que avança na Baixada Fluminense em fins da década de 40. Contrariando o sentimento de subalternidade, de inferioridade social e política que cercava os movimentos camponeses no início e meados do século XX, os posseiros de Pedra Lisa organizaram-se e mobilizaram-se, de tal forma, que suas ações e reivindicações romperam as tradições e barreiras “macropolítica” da época. Dialogando com Hobsbawm (1978), tais avanços somente se dariam com a “ação externa” e tendo como “apoio dos partidos políticos”. Todavia, a partir das análises de Grynszpan, percebemos que abordar movimentos do campesinato como exteriores e sofrendo influências exteriores para assim obter sua mobilização não é consenso para explicar suas peculiaridades, identidades e riquezas, enquanto movimento que romperia com a ordem estabelecida.<sup>64</sup> Tal abordagem também menospreza e precariza a capacidade organizativa e de conscientização dos movimentos camponeses. De certo, a resistência dos lavradores durante seu processo histórico, particularmente em Nova Iguaçu, sofreu influências externas tanto de partidos políticos quanto de outros movimentos sociais. Entretanto, relatar sua historicidade meramente ou politicamente como um movimento guiado, gestado ou eclodido por razões externas de tais partidos e instituições politizadas é retirar sua autonomia organizativa, seu poder de conscientização e sua identidade.

A Baixada Fluminense com as obras de drenagem e saneamento a partir da década de 30 e seu constante crescimento populacional e surto especulativo se tornou cenário de disputas territoriais e sociais camponesas. Lavradores, posseiros, grileiros, policiais, jagunços, companhia loteadoras, vereadores, representantes políticos e grandes famílias viram nas terras da Baixada um meio de crescer e se desenvolver politicamente, social e economicamente. Todavia, como já vimos foi na ação dos grileiros a mando desses grandes interesses envolvidos contra os lavradores-posseiros que se gestou os maiores e mais violentos conflitos por terras. Os despejos e a violência ligada a essas ações foi o ponta pé inicial dos conflitos por terras.

---

64 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 93-95.



Foi na Baixada, a partir dos despejos e da quebra da dominação propiciada pela presença dos grileiros, que se criaram as condições iniciais para a mobilização e a organização dos lavradores. Foi ali, basicamente, que se instalaram ativistas políticos transferidos para o campo a partir dos anos 1940. Ali se localizava, a princípio, a parcela dos lavradores em condições de lutar pela terra, isto é, os posseiros.<sup>65</sup>

Dialogando com as memórias de Bráulio Rodrigues da Silva, uma grande liderança, como já visto, de Pedra Lisa, podemos notar a organização dos lavradores. Tal liderança esteve ligada ao movimento, dentre outros propósitos, para contribuir na organização, estruturação e elaboração de atas...”<sup>66</sup>. Sua experiência anterior com o Partido Comunista ajudou na organização e mobilização dos posseiros. Importante ressaltar quando da sua chegada em Pedra Lisa, já tinha ligações com o Partido Comunista. Zé Matias, Bráulio Rodrigues da Silva, entre outras lideranças, são responsáveis pela fundação da Associação de lavradores de Pedra Lisa, em 1948. A Associação regulava e controlava a entrada de lavradores na região, bem como, através de assembléias, buscava resolver problemas relacionados à terra, segurança e educação.

Eles tinham que pagar uma espécie de mensalidade, quando dava também. Se atrasasse não cobrava juros, não cobrava nada. Quando a pessoa estava começando a plantação e a lavoura, a gente facilitava. Deixada a pessoa pagar somente na primeira colheita. Era algo hoje equivalente a 2 reais apenas. No início nós construímos uma sede boa lá. Com o dinheiro nosso mesmo, não foi emprestado de ninguém. Nos dávamos as terras, nós confiávamos nas pessoas e elas tinham que provar que eram trabalhadores. Um alqueire para cada pessoa. Quando fui presidente nunca cobreí nada além da mensalidade.<sup>67</sup>

Seu Bráulio nos mostra que com a pequena mensalidade que os lavradores contribuía servia para trazer o médico, pagar a professora, comprar materiais e ajudar a manter a sede da Associação e a escolinha. A primeira organização de lavradores e que predominou na baixada fluminense até 1962, foi esta associação<sup>68</sup>. Posteriormente, a maior parte das mobilizações e organização, esteve liga-

<sup>65</sup> Ibid., p. 135.

<sup>66</sup> MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.20, 2008.

<sup>67</sup> Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

<sup>68</sup> O processo de regulação e filiação dessas entidades baseou-se no decreto-lei n. 8.127, no que dizia respeito à fundação de associações e núcleos rurais. Mais sobre, ver Código Civil Brasileiro.

da aos sindicatos.<sup>69</sup> A gênese da organização dos lavradores em associação teve sua origem na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu e Duque de Caxias em fins da década de 40. As associações trouxeram mudanças nas relações camponesas antes existentes, como no controle de terras.<sup>70</sup> Cada família permanecia com o cultivo nos lotes, porém as matas, a produção e outros recursos a serem redistribuídos passariam a ser regulados pela associação. Como vimos, uma das principais lideranças nesse início de organização, foi José Matias, que mais tarde viria a ser assassinado por grileiros<sup>71</sup>. Dialogando com Grynszpan, podemos ver que:

A transformação das comissões em associações parecia estar relacionada a uma busca de maior eficácia na organização, arregimentação e defesa dos interesses dos lavradores. As associações poderiam ser registradas em cartório, obtendo, assim, um respaldo legal para a sua atuação.<sup>72</sup>

Desta forma, com as associações, os lavradores tinham uma ferramenta “legal” na luta e resistência contra os grandes interesses políticos e econômicos que cercavam suas terras e direitos. Todavia, as associações não eram amparadas pela estrutura sindical oficial. Os recursos e sustento partiam da própria associação. Essa falta de dispositivos jurídicos efetivos que garantisse o direito de permanecer em suas terras, fez com que os lavradores agissem de maneira bastante radical, através de manifestações e protestos. Os lavradores com tais práticas lutam por direitos e resistem frente aos interesses da onda loteadora e do Estado. A Associação mantinha reuniões semanais para tomadas de decisões com os lavradores. A liderança de Bráulio não visava decisões impositivas e arbitrárias, havia sim um sentimento democrático, de solidariedade e coletividade entre os lavradores-posseiros. De certo, que essa união e conscientização que possibilitou a resistência e organização de Pedra Lisa. Pois, eram constantes as ameaças e partia de diferentes lugares. Uma das formas de resistir era ocupar o espaço, produzir.

69 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 101- 103.

70 PEDROZA, Manoela. Sanear, despejar, resistir. *Ruris*, Volume I, nº 2, Setembro, pp. 20; 2010

71 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 101.

72 Ibid., p. 101-102.

Dirigia tudo ali. Umas das coisas que eram decididas nas reuniões eram a questão da produção. Que tinha que plantar. Pois o que vai nos garantir aqui não é briga, não é armação de nada. O que vai nos garantir aqui é o que nós plantarmos. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu to aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá <sup>73</sup>

Quando a Associação de Pedra Lisa foi fundada já havia o Sindicato de Empregados Rurais em Campos, no Rio de Janeiro, o primeiro do Brasil, fundado em 1938 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 1940. Tal sindicato exerceria uma função mais localizada com os trabalhadores do corte de cana. A Associação de Pedra Lisa, desde sua fundação até 1956, desenvolveu atividades paralelas. Não tinha muitas ligações com as associações de Duque de Caxias, a Associação dos lavradores fluminenses – ALF e o Sindicato de Campos. Com a criação da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), esse aspecto sofreu algumas mudanças. No entanto, dialogando com Bráulio Rodrigues, percebemos que essas mudanças não foram significativas. Os posseiros de Pedra Lisa eram mais explorados do que ajudados, por tudo que o movimento representou. Roberto Silveira foi importante para o movimento, contribui, mas pouco. O PCB igualmente ajudava, mas com doações de matérias e sementes para plantação.

A FALERJ foi criada após a 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói, de 28 a 30 de agosto de 1959. O patrocinador do encontro foi o próprio Governo Estadual, tendo à frente o recém-empossado Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e aí, já desde o período de campanha, vinha assumindo compromissos com os lavradores, buscando formar bases de apoio no campo. Do encontro resultou, além de uma pauta de reivindicações que abarcava desde a posse da terra até assistência médica, passando pelo crédito, o transporte e a educação, também a resolução de ampliar a criação de associações de lavradores e de formar uma federação.<sup>74</sup>

Sendo assim, ao que nos parece, com o governo de Roberto Silveira, os lavradores e posseiros obtiveram, de certa forma, tiveram mais visibilidade política

<sup>73</sup> Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

<sup>74</sup> GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 108.

frente às ameaças, despejos e violências praticadas pelos jagunços e policiais, a cabo das empresas loteadoras. A FALERJ tinha forte vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse período inicia-se, de forma mais direta, a influência do PCB sobre a questão camponesa na Baixada Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, em meados da década de 50. Apesar das organizações, associações e federações criadas com o objetivo de reivindicar direitos dos lavradores, tais mecanismos esbarravam no grande poder que detinham os grandes proprietários rurais, as empresas loteadoras, jagunços e policiais a mando dos mesmos. A herança latifundiária e o poder que tais atores mantinham se tornava um grande empecilho para maiores avanços na questão camponesa na Baixada Fluminense. Podemos salientar que mesmo com determinados avanços, os camponeses trabalhadores de Pedra Lisa e da Baixada Fluminense viviam reféns do medo. Por conseguinte, numa sociedade altamente corrupta, pautada no poder centralizador e antidemocrático, os camponeses, mesmo com importantes avanços, viviam a margem dos “cidadãos urbanizados”. Longe dos grandes centros urbanos, todo tipo de impunidades, violências e injustiças poderiam acontecer e poucas pessoas saberiam ou fingiriam não saber. Esse aspecto teve uma sutil, porém importante melhora, com o governo de Roberto Silveira.

Nesse sentido, os mecanismos de organização dos lavradores da Baixada e Pedra Lisa foram ligados às profundas mudanças na política no Estado do Rio de Janeiro. A crise do PSD – Partido Social Democrático que monopolizava a administração pública desde o Estado Novo, de cunho conservador e tradicional, ligado aos grandes proprietários de terras.<sup>75</sup> O governador Ernani do Amaral Peixoto (1950 a 1954), membro deste partido, teve sempre atitudes de represálias aos movimentos dos lavradores, agindo de forma violenta com o envio de policiais para ameaçar e expulsar os lavradores. No governo de Miguel Couto Filho e Roberto Silveira, vemos uma grande atenção aos conflitos de terras em Nova Iguaçu. Em meados da década de 1950, o município já era um dos maiores colégios eleitorais do Rio de Janeiro. Todavia, esse apoio não impediu as constantes ameaças e a falta de direitos.

Dessa forma, a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, com o decreto nº 5.542 de 1º de maio de 1943, excluía claramente os trabalhadores rurais de diver-

<sup>75</sup> PEDROZA, Manoela. Sanear, despejar, resistir. *Ruris*, Volume I, nº 2, Setembro, pp. 08; 2010

dos direitos, inclusive, o processo de organização.<sup>76</sup> Diante dessas possibilidades, dialogando com Grynszpan, percebemos que a alternativa dos lavradores para formarem sua própria associação, seria cabível pelo código civil, entidade civil com registros em cartórios. Esse processo permeou quase todas as associações da Baixada Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. De certo que a regularização da Associação de Pedra Lisa, enquanto entidade civil, permitiu uma maior representatividade nas lutas por mais direitos para os lavradores. No entanto, vale ressaltar que numa sociedade ainda buscando afirmações mais democráticas, republicanas e cidadãs para seu povo, os camponeses, mesmo diante de tais avanços, constantemente tinham que resistir e lutar contra os interesses do grande capital imobiliário, que penetrava como um vulcão em erupção pelos campos e terras da Baixada Fluminense. No periódico *Imprensa popular*, de 29 de junho de 1957, constatamos ações violentas contra as famílias logo após se ligarem, justamente à Associação de Lavradores de Pedra Lisa.

Todos nós estamos em situação difícil. Será que ninguém, os homens do INIC, do Ministério da Agricultura, os advogados que estão enganando a gente, o homem que nos expulsou da terra, será que ninguém tem pena de tanta criança sofrendo fome, de tanta mulher vivendo sem teto, de tanto homem doente e sem trabalho, em busca de justiça?<sup>77</sup>

Podemos notar que mesmo com tantos órgãos representativos e entidades, o lavrador se sentia completamente abandonado. Neste relato, cerca de 60 famílias tiveram suas plantações e casas queimadas, porque se ligaram a Associação de Pedra Lisa. Em retaliação, um representante político que explorava e se beneficiava das lavouras, cometeu essa violência contra os trabalhadores rurais. Podemos ressaltar que, em geral, os atos de violência, ameaças e ataques contra os lavradores ocorriam, direta ou indiretamente, a mando de representantes políticos ligados às empresas loteadoras, grandes famílias e grandes proprietários de terras.

Outros grileiros que têm agido na região são o imobiliário Arpoador, com sede no Rio; a sra. Duchese Paes Leme; José de Assis Ferreira, vereador de Nova Iguaçu e, mais recentemente, o Sr Fausto Alvim, diretor da Carteira de

<sup>76</sup> GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 114.

<sup>77</sup> *Jornal Imprensa Popular*: 29/06/1957.

Crédito Agrícola do Banco da Prefeitura Carioca e que é intimamente ligado ao presidente Juscelino Kubsechek, com os quais tem laços de parentesco.<sup>78</sup>

Explorando a fonte apresentada, notamos que os lavradores resistiram e lutaram por suas terras, não só contra a elite da Baixada Fluminense, mas também do Estado do Rio de Janeiro, desde representantes bancários à políticos. A organização e resistência se tornaram mecanismos que rompiam com diversos paradigmas, na frágil e estratificada sociedade rural do Distrito de Nova Iguaçu. Frente às investidas dos grileiros e representantes das companhias imobiliárias, a Associação de Lavradores buscou organizar e reivindicar seus direitos. Através de Assembléias dominicais, os posseiros buscavam conscientizar os moradores, lavradores e famílias sobre suas responsabilidades individuais e coletivas sobre a organização e sustentação da Associação, dentre as quais, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visava investigar questões relacionadas às terras.

Tal aspecto contrapõe algumas vertentes da elite intelectual burguesa, pois nos mostra que no campo também se faz política com consciência. Vale ressaltar a autonomia política, originalidade e identidade, enquanto movimento no campo, que lutou por direitos, resistiu em suas terras e manteve a organicidade. A Baixada Fluminense foi o espaço propício para tal organização, por diversos fatores já elencados no capítulo anterior. Os lavradores buscaram seus direitos realizando as mais diversas formas de resistências e protestos, desde conversas com o Ministro da Agricultura até a luta armada.

Numerosos posseiros de Pedra Lisa, 6º distrito de Nova Iguaçu, estiveram no Gabinete do ministro da agricultura, a fim de expor sua situação de despejados de terras que, segundo eles, pertencem a União. O ministro Mário Meneghetti, após ouvir a exposição dos posseiros determinou ao Consultor Jurídico do Ministério, o Dr. Benjamim Campos, que estudasse o assunto, sugerindo as providências que lhe fossem necessárias.<sup>79</sup>

Sendo assim, os lavradores-posseiros com suas reivindicações, resistências, organização e lutas modificaram e transformaram o cenário político do Estado do Rio de Janeiro, sobremaneira, o da Baixada Fluminense. Antes subalternizados, subjugados e fora do jogo político. No entanto, dialogando com as

<sup>78</sup> Jornal Voz Operário: 29/ 07/ 1957.

<sup>79</sup> Jornal Correio da Manhã: 21/02/1957.



fontes, vemos uma participação política forte e direta, com presença ideológica e consciência de seu papel no cenário de disputas políticas no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, organizar significa sobreviver, mobilizar significa resistência. A Baixada Fluminense, segundo o artigo do jornalista Maurício Hill, publicado no *Última Hora* em 1962, era o *Nordeste sem seca*. A especulação imobiliária com as obras de saneamento da década de 30 e o aumento do preço dos aluguéis na cidade do Rio de Janeiro provocaram imigração e povoação sem precedentes na Baixada. De 1950 a 1970, cidades como Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu tiveram um crescimento populacional de cerca de 300%.

A resistência aos despejos foi a forma de luta mais comum dos posseiros da Baixada Fluminense durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, que conjugava em si várias modalidades de ações distintas: enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais, os posseiros também recorriam às autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais. A pressão que faziam sobre os órgãos dos governos federal e estadual era constante, através de abaixo-assinados (chamados de memoriais), delegações para negociação (as comissões), ocupações, passeatas e também pela cobrança das promessas de políticos eleitos com votos de trabalhadores (as) rurais.<sup>80</sup>

Dialogando com Pedroza, podemos analisar que o capitalismo ou os vestígios de sua grande capacidade transformadora chegaram à Baixada Fluminense. Uma vez que não objetivamos ponderar como e de que formas. Visto que, ao analisar os estudos marxistas sobre a questão camponesa, os camponeses existiriam como vestígios do passado feudal, sem um papel na teia teatral capitalista. Sendo assim, a estrutura e os processos do capitalismo se desenvolveriam transformando e destruindo as relações de produções tradicionais camponesas. Essa seria a ideia base do paradigma marxista sobre a questão camponesa.<sup>81</sup> Os interesses das grandes empresas imobiliárias, dos bancos e do interesse público nas terras da Baixada Fluminense, certamente configuraram a gênese desse processo, a busca incessante de urbanização e colonização da Baixada Fluminense acelerou esse processo.

80 PEDROZA, Manoela. Sanear, despejar, resistir. *Ruris*, Volume I, nº 2, Setembro, pp. 04; 2010

81 Sobre tais problematizações ver: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 ; DUGGETT, Michael. *Marx y los campesinos*. *Trimestre Político*, México, v. 1, n. 4, p. 3-23, 1976 e HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

Vemos, portanto, que o ocorrido em Pedra Lisa foi à emancipação da rebeldia e revolta popular para além das instituições políticas modernas. Sua lógica de ação, resistência e de consciência romperia certos paradigmas de movimentos camponeses ligados a aparatos legais. Não seria somente a tal resistência popular tradicional, mas sim, resistência e organização que levaria a outras problematizações, configurações e novos atores sociais na cena política do Estado do Rio de Janeiro. Um camponês forjado no fogo, nas espingardas dos jagunços e policiais. Revoltas e resistências geradas pelo choro das mães desesperadas em ver suas casas e plantações pegando fogo. Organização e mobilização formadas pelo desespero dos pais em ver suas famílias despejadas ao relento. Lutas pelo direito a posse!

Olha, quando vinha ordem de despejo. A gente se preparava bem. Armado com garrucha, com revolver, com carabina. A gente se preparava para enfrentar. Porque se não fosse assim a gente ia ser mandado embora e depois ia ficar difícil para voltar. A gente entrava em choque e saímos feridos<sup>82</sup>

Uma vez que essa posse ocorreu, em partes, no ano de 1948. A desapropriação das terras veio, de fato, somente em julho de 1958, devido à grande mobilização da associação e as medidas tomadas pelo governador Miguel Couto Filho e o candidato a governador Roberto Silveira.

Não restam dúvidas de que os lavradores de Pedra Lisa conquistaram uma grande vitória, ao mesmo tempo foram derrotados os grileiros e especuladores que utilizavam o terror e a violência contra os camponeses, para se apossarem das suas terras. A medida tomada pelo governador fluminense é uma prova concreta de que é possível por um paradeiro nos conflitos tão comuns no campo entre grileiros e camponeses.<sup>83</sup>

Desta forma, podemos ressaltar, dialogando com Pedroza (2010), que a Associação de Lavradores de Pedra Lisa se configurou como uma ação popular camponesa, lutando e resistindo contra os abusos e arbitrariedades do Estado. A Associação de Pedra Lisa foi onde, de certa forma, ocorreu a gênese dos conflitos por terras na Baixada Fluminense, contudo, tendo vista sua historicidade, por volta de 1990 já existiam diversos assentamentos camponeses no Estado do Rio de Janeiro. *(Ver mapa 4, pág. 59)*

82 Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

83 Jornal Vos Operária: 19/07/1957.

Os lavradores e posseiros conheciam sua posição e seus direitos na luta de classe estabelecida, frutos de uma conscientização pautada na convivência e experiência no interior da própria associação. Nesse sentido, podemos ressaltar o sentimento de identidade coletiva entre os lavradores posseiros. Em todas as fontes analisadas percebemos os termos “nós”, “a gente”, pois foi à organização em Associação, os mecanismos de conscientização e o objetivo comum que permitiu e possibilitou aos lavradores por mais de 15 anos resistir e lutar contra as empresas loteadoras e dos interesses das classes elitistas locais.

É interessante, contudo, atentar que a Associação através das assembleias, das reuniões, das palestras, da escolinha e das festas buscava formar e trazer uma unidade entre os lavradores-posseiros. Buscava mobilizar e conscientizar os camponeses da luta em comum, ou seja, não bastava apenas ocupar as terras, tem que estudar e conscientizar quanto os problemas da Associação, quanto as lutas e conflitos que viviam os posseiros de Pedra Lisa. O nível de organização dos lavradores de Pedra Lisa era tão acentuado que em 1961, os mesmos contribuíram para os posseiros de Santa Alice conseguirem resgatar suas terras. Bráulio Rodrigues participou e apoiou ativamente na ocupação.<sup>84</sup> Devemos ter em conta que os embates e conflitos entre lavradores-posseiros mudaram a partir dos governos de Miguel Couto Filho e Roberto Silveira. Este último teve em seu Plano de Ação Agrária, a busca pelo diálogo e a representatividade na questão camponesa do Estado do Rio de Janeiro, contribuindo para mudanças na relação entre o Estado e os lavradores. Todavia, o antagonismo entre os interesses do Estado e dos lavradores-posseiros, contribuía para iniciativa privada mover ordens judiciais de despejos contra os lavradores, mesmo diante da desapropriação das terras.

## **Roberto Silveira e a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa**

Para sucessão de Miguel Couto Filho, o PSD indicaria o petebista Roberto Silveira. Entorno dele estaria uma grande “coligação popular nacionalista” que reunia comunistas a conservadores da União Democrática Nacional (UDN). Na

<sup>84</sup> GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 168.

campanha vencida por Roberto Silveira contra Getúlio de Moura, Roberto Silveira fez promessas de proteção aos posseiros de Pedra Lisa e levantou a bandeira da reforma agrária.<sup>85</sup> Nesse sentido, o governador petebista foi uma peça-chave no processo de desenvolvimento e sustentação da Associação de Lavradores e Posseiros de Nova Iguaçu, no final da década de 1950.

Ele deu as sementes, deu tudo, foi lá dá posse aos posseiros. Nessa época tinha cerca de 300 a 400 pessoas morando e plantando. Uns plantavam menos, outros mais. Mas todo mundo tinha que ajudar de alguma forma. Era a informação que a direção do movimento dava. Tem de plantar, tem de plantar ou ajudar em alguma coisa. Senão, não adianta ficar aqui. Ninguém comprou terra aqui, todo mundo que ta aqui ganhou terra. Ninguém quer ficar com o dinheiro de vocês. O que vocês plantar aqui e vender é de vocês. Eles davam uma porcentagem mixuruca pra ajudar na Associação. Nós fizemos uma festa para Roberto Silveira porque nós estávamos em uma situação de despejo e ele interveio e nos ajudou. Roberto nunca se aproveitou da gente para ganhar voto.<sup>86</sup>

Assim, visando cumprir com suas promessas aos posseiros de Pedra Lisa e da Baixada Fluminense, o governador envia para Assembléia Legislativa, no dia 30 de abril de 1959, o projeto nº 255-59 que legislava sobre o Plano Piloto de Ação Agrária. Dentre alguns pontos do projeto, destacamos: deveriam ser delimitadas as terras cultivadas dos posseiros e, em cada área, deveria ser criada uma subdelegacia de polícia agrária, visando a proteção das famílias e do lugar; a desapropriação e o imposto territorial seriam instrumentos da base do Plano de Ação, instituindo que todos os proprietários rurais do estado deveriam declarar o justo valor de suas terras, excluídos as benfeitorias. Esta declaração serviria para efeito de desapropriação. O imposto territorial seria pago no valor declarado da terra e grandes propriedades que não fossem exploradas teriam que pagar o imposto em dobro<sup>87</sup>.

De certo, este projeto que tinha como base a gênese de uma reforma agrária desagradou os grandes proprietários donos de terras, bem como, setores conservadores da UDN. Nesse sentido, a instabilidade política no cenário do Estado do Rio de Janeiro, os latifundiários, a UDN e os opositores na Assembléia Legislativa aprovaram o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas

85 Ibid. , p. 230.

86 Ibid. , Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I

87 Ibid., p. 233.

e Próprias do Estado, ao invés do Plano Piloto de Ação Agrária. Sendo assim, as áreas de conflitos deveriam ser delimitadas e o Governo deveria resolver as “*medidas convenientes à solução das controvérsias*”, como menciona Grynszpan. No caso dos lavradores despejados, o projeto visava sua proteção e defesa na busca de indenizações e conciliações amigáveis, visando à busca de direitos por aparatos legais. Todavia, o projeto outorgado agradava mais a ala conservadora e donos de terras, do que as partes representadas pelos posseiros e comunistas ligados à questão camponesa.<sup>88</sup>

É Claro que, como vimos, o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado teve ganhos importantes para os posseiros e lavradores do Estado do Rio de Janeiro, porém o piloto antes apresentado visava reformas e planos mais ligados diretamente à reforma agrária e aos compromissos firmados por Roberto Silveira, com os lavradores da Baixada Fluminense. Sobremaneira, o Plano de Colonização abriu espaços para ações mais diretas relacionadas aos direitos no campo.

Dialogando com Grynszpan, podemos ressaltar que o Plano de colonização se consolidou como uma ferramenta do Governo Roberto Silveira cumprir as promessas feitas na campanha para governador do Estado. Dentre algumas medidas, destacamos as desapropriações, formação de associações de lavradores e uma federação fora das influências do controle comunista, envolvendo os lavradores e suas lideranças com a política do governador e seu partido (PTB). Nesse sentido, com forte apoio do governista petebista, foi realizada a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminense, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 1959, em Niterói. Convocada pela ALF e apoiada por Roberto Silveira, a conferência buscava unificar os lavradores numa federação, em nível estadual, sobre a tutela do governador e ligada ao seu partido. Todavia, a FALERJ acabou sendo criada pelo PCB, que conseguiu o controle de toda situação.

A partir dessa conferência, o governo petebista intensificou suas ações no campo, conseguindo desapropriações em Nova Iguaçu, Parati e São João da Barra. Paralelo a essas ações, foi criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), tendo como associações fundadoras a Associação dos Lavradores de Macaé, Associação de Lavradores de Virgem de Santana, Associa-

<sup>88</sup> Ibid., p. 235.

ção Municipal dos Lavradores de Trajano de Moraes, Associação dos Lavradores de Itaguaí e Sociedade dos lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras.<sup>89</sup> Bráulio Rodrigues, de Pedra Lisa, peça fundamental dentro da FALERJ, foi tesoureiro da FLERJ. Dialogando com Grynszpan e com o periódico “Última Hora”, ressaltamos que ocorreu uma forte ligação de Roberto Silveira com Pedra Lisa. Tanto que a Associação de Lavradores homenageou o executor do Plano Agrário do Estado<sup>90</sup>. Áldio Leite, executor do programa, foi recebido com festa e grandes honrarias pelos lavradores de Pedra Lisa.

O Sr. Áldio Leite agradeceu, com palavras de carinho, aquela recepção que acabará de ser alvo. A seguir lembrou em pequenos “flashes” o que têm sido a política agrária do Governador Roberto Silveira, as lutas que têm enfrentado para cumprir fielmente o programa em relação aos lavradores, a esperança que está possuído de concretizar algo sólido para os humildes homem do campo, proteger as plantações. Incrementar a produção agrícola, levar paz e segurança, instrução escolar e postos médicos aqueles que antes deste governo eram considerados verdadeiros párias, esbulhados por indivíduos inescrupulosos; perseguidos por grileiros, esbordados por uma polícia contra o povo. Hoje, graças à energia de Roberto Silveira já se pode constituir sociedades onde se discute o interesse da classe.<sup>91</sup>

Nessa linha, ressaltamos que o governo de Roberto Silveira foi peça chave para avanços nas questões camponesas no Estado do Rio de Janeiro, principalmente, na Baixada Fluminense e Pedra Lisa. Seu diálogo e disposição enérgica com os lavradores e posseiros possibilitaram ganhos importantes para os sujeitos do campo. Segundo Áldio Leite, as opressões e repressões vividas pelos lavradores foram enfrentadas, a partir do governador Roberto Silveira. A instalação de subdelegacias agrárias e do projeto do Plano Agrário, além de dirigentes da Associação de Pedra Lisa e demais localidades em litígio, entre grileiros e posseiros, visam “*terminar com a ação nefasta dos grileiros no Estado do Rio de Janeiro*”<sup>92</sup>. Mesmo com as ações de lideranças como Bráulio Rodrigues, Zé Pureza e Josefa Pureza, além das articulações do PCB, do governador Roberto Silveira e do executor do Plano Agrário, Áldio Leite, estima-se

89 Ibid., p. 241.

90 Jornal Última Hora:12/10/1960.

91 Jornal Última Hora:12/10/1960.

92 Jornal Última Hora:13/01/1961.



que no final da década de 1950 existem, aproximadamente, 4.000 famílias em luta com grileiros em todo o Estado.

Segundo Grynszpan, podemos notar a perspicácia política de Roberto Silveira. Ele tomou frente nas ações com esse novo ator do cenário político, o lavrador-posseiro. O governador, de fato, se interessou pela questão camponesa, principalmente, na Baixada Fluminense. Porém, tal interesse, compactua com objetivos eleitorais, políticos e pessoais do mesmo. Nesse sentido, no processo de organização e luta por direitos dos lavradores de Pedra Lisa, o governador Roberto Silveira foi peça chave na ação da Associação, pois os posseiros protestavam exigindo medidas do então governador. *O Sr. Roberto Silveira recebeu no Palácio do Ingá mais cem Lavradores da Fazenda de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, que lhe foram pedir providência no sentido de lhes ser assegurados seus direitos diante de graves ameaças que sobre eles pesam.*<sup>93</sup>

Vemos, portanto, que o governo petebista de Roberto Silveira, mesmo querendo buscar certo dirigismo e interesse eleitoral sobre a questão camponesa no Estado do Rio de Janeiro, principalmente, na Baixada Fluminense, foi um importante ator social e político enfrentando os conflitos surgidos entre os lavradores-posseiros e os grandes interesses do capital na disputa por terras nas décadas de 50. O governante foi um importante mediador nos conflitos entre os lavradores-posseiros e o capital imobiliário e loteador que dragava a Baixada Fluminense.

---

93 Jornal Correio da Manhã: 15/03/1959.

## CAPÍTULO III

### A ESCOLINHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E CRIANÇAS DE PEDRA LISA

Quando falamos em movimentos de lavradores e posseiros de Nova Iguaçu, vários “mitos” são, por esses, quebrados e superados. Dialogando com Paulo Freire, percebemos que a dominação da sociedade opressora se configura por vários paradigmas, vários “mitos”.

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde querem... O Mito de que está ordem respeita os direitos da pessoa humana... O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o dos que nelas conseguem permanecer é chocante e irrisório.<sup>94</sup>

Dessa forma, em Pedra Lisa, os lavradores-posseiros no seu processo de luta, resistência e conscientização combateram essa mitificação que cerca as camadas mais “abastadas” e “inferiores” da sociedade burguesa capitalista ocidental. O camponês, muitas das vezes, visto como um homem sem “cultura”, “estudo” ou consciência política se organizou e mobilizou-se de tal forma que em poucos anos o lavrador-posseiros já se configurava como um importante ator social na teia política da Baixada Fluminense. Nesse sentido, superaram o “mito da inferioridade “ontológica destes e o da superioridade daqueles”<sup>95</sup>, pois ao lutarem por direitos e buscarem sua afirmação enquanto sujeitos daquele espaço em constantes litígios combateram essa herança mistificada de domesticação, de conformismo, de mansidão. Dentro do processo de conscientização e mobilização estava a escola de alfabetização de adultos de Pedra Lisa.

A escola nitidamente de cunho popular era mantida pela Associação de lavradores e posseiros de Pedra Lisa e contava com cerca de 50 alunos, tendo sua fundação em outubro de 1959. Alguns materiais e livros eram doados pela prefeitura de Nova Iguaçu e Ministério da Educação, porém tudo na escola era iniciativa dos lavradores e todos os alunos eram lavradores-posseiros da

94 PAULO, Freire. Pedagogia do oprimido. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 188, 2013.

95 Ibid., p. 189.

região. O Professor e fundador tanto da escola em 1959 quanto cooperador na fundação da Associação de Pedra Lisa em 1948 era o companheiro Bráulio Rodrigues de Oliveira.<sup>96</sup> Dialogando com Paulo Freire, podemos ressaltar que a educação, posteriormente, a alfabetização talvez seja o sentido mais pertinente e importante do conhecimento humano, pois alfabetizar-se é conscientizar-se, é inserir-se no mundo, “é aprender a escrever sua vida como autor e testemunha de sua história”<sup>97</sup>.

Nesse sentido, a escola de Pedra Lisa praticava uma educação voltada para conscientização do aluno através da leitura das letras, mas também do mundo, dos processos e conflitos sociais e políticos que cercavam os lavradores posseiros no final da década de 50. Ao aprender a ler, o lavrador passa a ler o mundo também, a entender e, por conseguinte, a querer questioná-lo e transformá-lo.

O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica. Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”<sup>98</sup>

Sendo assim, na escola de alfabetização e nas assembléias da Associação, os lavradores-posseiros vão se descobrindo como sujeito do seu processo histórico e conscientizando-se quanto a suas lutas e direitos contra os grileiros, as empresas loteadoras, as grandes famílias proprietárias de terras e os representantes políticos ligados aos mesmos e aos seus interesses do grande capital industrialista urbano. Nesse sentido, percebemos os lavradores como sujeitos de sua transformação e educação. Percebemos a capacidade transformadora e criadora desses camponeses.

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante.<sup>99</sup>

Com a educação popular praticada em Pedra Lisa, os camponeses buscavam transformar a realidade educacional, social e política dos lavradores-possei-

96 Jornal Última Hora: 08/ 03/1960.

97 PAULO, Freire. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 12, 2013.

98 Ibid., p. 15.

99 PAULO, Freire. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; pp. 26, 1981.

ros da região. Assim, a construção, gênese e desenvolvimento da Escola popular de Alfabetização de adultos em Pedra Lisa surgiram deles e para eles, ou seja, foi um movimento totalmente genuíno dos anseios e demandas de uma classe que emergia como fundamental no cenário político da Baixada Fluminense na década de 50. Uma busca pela alfabetização na comunidade começou a se formar em Pedra Lisa, uma busca pelo saber da comunidade que vista como subalterna e sem classes passava a organizar classes populares em volta de uma educação popular. Dialogando com Brandão, percebemos que houve a divisão social do saber em que um saber erudito e sábio, ou seja, dominante foi propagado por uma ideologia dominante e de quem domina, sendo assim, as classes “subalternas” e/ou povos e grupos que não se encaixem nesse padrão definido por essa própria classe dominante viria a ser o “saber do povo”, tal saber configura-se já com diversas cargas ideológicas de inferioridade intelectual.

Nesse sentido, quando falamos e, por vezes, falamos em educação popular pensamos em uma educação não centralizada em uma agência de especialistas ligada a um poder estatal, pensamos no interior da vida subalterna da sociedade.<sup>100</sup> Antes de debruçarmos sobre a escolhinha de alfabetização de adultos em Pedra Lisa, temos que ter consciência dessa disputa pelo saber que ocorreu e ocorre em nossa sociedade. Portanto, a disputa e os conflitos dos lavradores-posseiros não se deram somente no âmbito político pela luta por terras e direitos, mas também no âmbito socioeducacional com a criação da escolhinha de alfabetização organizada e coordenada por Bráulio de Oliveira.

No final da década de 60, entre as pessoas maiores de 5 anos, cerca de 27,3 da população do Rio de Janeiro era analfabeta, sendo que nos limites da Baixada Fluminense esse índice sobe para 55,8%.<sup>101</sup> Em uma república nova e com diversos problemas na área de urbanização, industrialização e recém-saída do Estado Novo Vargas, a Baixada Fluminense, considerada o Nordeste sem seca, também era assolada pela desigualdade educacional que contribua igualmente para a desigualdade social, política e econômica. Mais da metade da população da Baixada Fluminense era excluída, de diversas formas e maneiras, do direito de simplesmente ler e escrever. Nesse sentido, ressaltamos que a escolhinha de

100 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular? São Paulo: Brasiliense, pp. 16, 2006.

101 FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: Configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação & Realidade, pp. 192, 2004.

alfabetização dos lavradores-posseiros era uma pequena ferramenta no combate a essa desigualdade, a essa exclusão.

Os índices de alfabetização no Brasil, desde a independência, provocaram grandes debates entre as camadas que buscavam dirigir o país. Sendo assim, os latifundiários e as forças oligárquicas se colocaram contra uma sistematização da escolarização e assim uma maior democratização do ensino. Somente em meados da década de 20 do século XX com o “grupo escolar” e espaços públicos voltados para o ensino, tal perspectiva começa a mudar. Em 1930, o governo provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931 decretou um conjunto de leis que visava a organização do ensino secundário e as universidades brasileiras existentes. Em 1934, com a nova constituição, Getúlio Vargas coloca a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e poderes públicos.<sup>102</sup>

Com tendências e orientação político-educacional capitalistas que visava, em suma, a preparação de uma maior contingência de mão-de-obra para o mercado de trabalho. A educação era um direito de todos, assim como hoje nós temos direito ao lazer, segurança e bem-estar, todavia, não é isso que vemos e sentimos. A Baixada, nessa ótica de Estado Novo, foi levada a ferro e esquecimento. Quando não massa de manobra e curral eleitoral de politiquinhos e interventores do Estado Novo que queriam seguir “carreira” política. Problemas como saneamento, segurança, saúde e educação ainda são problemas na Baixada Fluminense, quem mora aqui sabe do que estamos falando, quiçá em meados do século XX.

Sendo assim, a criação de uma escola popular que visava a alfabetização de adultos se configurava na peça-chave contra essa exclusão e desigualdade social e educacional. A educação, a instrução era um mecanismo de poder e diferenciação na sociedade de classes que começava a se firmar na Baixada Fluminense, a onda capitalista loteadora ligada ao grande capital, por volta das décadas de 40, debruçava suas garras sobre a região da Baixada. O camponês era excluído socialmente, politicamente e educacionalmente da sociedade, ou seja, fica a

102 JOSSETI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: Alfabetização de Adultos em Questão. ITABAIANA: GEPIADE, ano 6, volume 12, pp. 187, 2012.

margem da sociedade brasileira até meados da década de 40 quando as associações, as ligas camponesas e lideranças comunistas começavam a lutar por direitos do povo do campo. Nesse sentido, a escolhinha de alfabetização rompeu com uma tradição intelecto-social dominante ao fornecer aos lavradores-posseiros um meio de aprenderem a ler e escrever, pois com essas ações iriam inserir-se ao mundo, passariam de telespectadores para atores e transformadores na teia social da Baixada Fluminense. A escola de Pedra Lisa era uma preocupação da Associação de Pedra Lisa, em suas reuniões dominicais, dentre as deliberações, estavam a preocupação em manter a escola.

Os lavradores dão suas opiniões e ao final tomam as deliberações. Em tais ocasiões são tratados problemas como o do lavrador que tacou fogo no mato e prejudicou seu vizinho. São também tratadas questões como manter a escolhinha, pagar a professora e comprar livros.<sup>103</sup>

Desta forma, a escolhinha era uma preocupação dos dirigentes da Associação, nesse sentido observa-se uma preocupação com a educação como forma de não só ensinar o lavrador ou seu filho os processos de letramento, mas também com a conscientização política e social do lugar que viviam e dos conflitos que enfrentavam.

Sempre tinha. Tinha um professor só pra essa finalidade. O porquê da ocupação de terras. Para informar a eles sobre o que estava acontecendo. Nunca deixava de falar isso com eles, com os alunos. A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar (Informação Verbal) <sup>104</sup>

Como vimos, a escolinha configurou-se como uma ferramenta de alfabetização e de conscientização social e política dos lavradores. Cerca de 300 a 400 pessoas viviam em Pedra Lisa na década de 50, sendo constantemente ameaçados de despejos e sobre grandes ameaças. Sem luz e água encanada e com condições, mas, porém, com um enorme desejo de trabalhar, de viver da terra. A terra é a vida de vocês...<sup>105</sup> Mais que uma forma de trabalho, mais

103 Jornal Última Hora: 28/12/1954.

104 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

105 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.



que um lugar para morar, mais que um lugar para obter lucro. Nesse sentido, a escolinha contribui para educar e ensinar aos lavradores- posseiros sobre a importância da terra.

Dialogando com Bráulio Rodrigues da Silva, um dos fundadores e organizadores da escolinha de Pedra Lisa, percebemos que era dado aos alunos também e essencialmente o ensino do antigo 1º grau com o intuito de ensinar as pessoas a ler e escrever. Também, o mesmo, relatou as aulas de aritmética, ou seja, matemática. Todavia, não era apenas ler e combater o analfabetismo. Como se fosse uma praga a ser erradicada. A escolinha via na leitura das letras e do mundo, uma forma de entendê-lo e buscar transformá-lo. Tanto com a Associação quanto com a escolinha, os posseiros, encontraram muitas dificuldades. Seu Bráulio relata que: Pedra Lisa foi muito mais explorada do que ajudada. Por tudo que o movimento significava.<sup>106</sup> Nesse sentido, Pedra Lisa e a escolinha de alfabetização de adultos e crianças foi um marco na história da Baixada Fluminense. Quebrou um paradigma político e educacional da época ao buscar combater interesses das camadas elitistas locais e do Estado ao resistir, organizar e lutar contra o avanço do loteamento e da onda capitalista urbano industrial. Ressaltamos na escolinha de Pedra Lisa a alfabetização de adultos e crianças, mas sobretudo, a conscientização social e política que estava imbricada nas aulas, nas palestras organizadas pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Na escola tinha o estudo e falava-se da terra e da importância. Fora da escola tinha-se aulas também com estudo político da terra e de sua importância. Traziam-se professores de Nova Iguaçu para falar disso pro povo. Não devo vender, não devo passar pra outro.<sup>107</sup>

Nesse sentido, percebemos uma educação que visa mais que uma conscientização, visa uma libertação do aluno, do lavrador do estigma de inferior, de incapaz, de marginal, de analfabeto e distante do direito de participar. Ao ensinar e se preocupar com a alfabetização de adultos, Seu Bráulio e seus companheiros da Associação estavam preocupados, verdadeiramente, com os lavradores da região de Pedra Lisa. Além de fornecer proteção, de organizar e mobilizar os posseiros,

106 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da . Anexo I.

107 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da . Anexo I.

notamos a preocupação educacional- política da diretoria da Associação. Ao ler e escrever esse lavrador se inseria no mundo, ou seja, sai da margem, do canto, do lugar apenas de espectador e passava a ser ator e transformador de sua realidade.

Deste ponto de vista, já não são tomados como homens e mulheres marginais, mas como classe dominada em relação antagônica, na intimidade mesma da sociedade, com a classe dominante que os reduz a quase-coisas. Assim, também, o ensino da leitura e da escrita já não é a repetição mecânica de ba-be-bi-bo-bu nem a memorização de uma palavra alienada, mas a difícil aprendizagem de nomear o mundo<sup>108</sup>

Dialogando com Paulo Freire (1981), não só nomear, mas transformá-lo. Diversos fatores e ações podemos notar em Pedra Lisa, dentre as quais, uma “ação cultural para liberdade”<sup>109</sup>. Um tipo e modo de organização, resistência e luta que visa, dentre tantos fatores, a liberdade dos lavradores-posseiros da opressão que viam sofrendo dos grileiros a mando das empresas loteadoras e das grandes famílias latifundiárias. De certo, em Pedra Lisa, na Baixada Fluminense, tivemos a gênese de uma *educação do campo e no campo*. Os alunos não tinham que enfrentar longas jornadas a pé ou de ônibus para ir estudar na “cidade”, eles estudam ali mesmo, no campo. Claro que estudavam português, matemáticas, mas sobremaneira e acima de tudo eram conscientizados da importância da terra. “*A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar*”.<sup>110</sup> A terra era se tornou para os lavradores, que há anos moravam e cultivavam por lá, uma identidade, um *ganha pão*, um modo de viver e sobreviver. Sai aos poucos das condições de camponeses marginalizados e inferiorizados, quebravam e superavam aos poucos a condição a eles antes enraizada e insuperável.

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma pessoa bem- alimentada da máquina.<sup>111</sup>

108 PAULO, Freire. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; pp. 39, 1981.

109 Mais sobre esse processo de Ação cultural Para Liberdade ler: PAULO, Freire. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 e PAULO, Freire. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

110 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da . Anexo I.

111 PAULO, Freire. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 76, 2013.

Desta forma, percebemos que a criação da escolinha se configura nesse “querer mais”, não quero apenas ter um lugar para plantar, cultivar e morar, quero também aprender a ler e escrever. Não preciso sair do lugar que eu moro e percorrer quilômetros para estudar, quero e preciso de uma escola na minha região e que “dialogue” com a minha realidade. A pedagogia nesse sentido tem que ser humanizadora, tem ter lideranças, como Bráulio, engajados com um diálogo constantes para e com esses indivíduos na busca não de dominá-los, mas de conscientizá-los.

Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu to aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá.<sup>112</sup>

Vemos, por conseguinte, que tanto na escolinha quanto nas lideranças de Pedra Lisa não notamos uma ação ou alfabetização que reforça a mitificação da realidade, mas sim uma organização, ação e pedagogia em que os sujeitos se reconhecem como atores de sua realidade e a buscam transformá-la. As lideranças buscavam não fazer manobras com os lavradores. Tanto a pedagogia quanto na Associação não se buscava uma dependência entre as lideranças, a diretoria da Associação e os mais de 300 lavradores- posseiros. Percebemos que pelas palestras, na escolinha, nas reuniões buscava-se mostrar aos lavradores-posseiros que aquilo tudo era deles e que eles tinham que lutar, resistir e organizar-se para manter suas terras.

Desta forma, falar em educação é falar de direitos. Sobre educação camponesa e alfabetização é mais que isso, é luta e resistência. É reivindicação, é ir contra uma onda elitista e dominante que afirma que o homem simples do campo não precisa ou merece estudar, é combater uma mentalidade que pondera que tudo de proveitoso e moderno se deve a industrialização e suas pseudo-revoluções. Tal mentalidade argumenta que para se completar enquanto sujeito moderno e contemporâneo tem que “sair” do campo, ir para a cidade urbana industrial. De certo que a Associação de Pedra Lisa contrapunha essa mentalidade urbana industrial de bem-estar social. Pois, ao fundar e organizar uma escolinha de alfabetização de adultos e crianças justamente afirmava que é aqui que vamos aprender, é aqui, no campo, que vamos evoluir e crescer, nos desenvolver.

112 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da . Anexo I.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou, por meio do estudo do movimento de lavradores e posseiros de Pedra Lisa, como essa experiência histórica rompeu paradigmas e estigmas relacionados à questão camponesa na Baixada Fluminense. No final da década de 1940, Pedra Lisa consolidou-se como o primeiro movimento camponês da região a mobilizar-se e organizar-se contra a crescente onda de loteamentos urbanos e industriais que avançava sobre grande parte do território do Rio de Janeiro.

A análise da organização e resistência desses camponeses evidencia a capacidade de mobilização e articulação social, mesmo diante de adversidades como o analfabetismo e as pressões de interesses poderosos ligados à expansão urbana. O estudo reforça a importância de reconhecer a relevância histórica de movimentos populares, que muitas vezes permanecem invisíveis nas narrativas tradicionais, mas que deixaram marcas profundas na memória social e política da região.

Assim, o movimento de Pedra Lisa representa não apenas a luta por terra e dignidade, mas também um exemplo de coragem, perseverança e capacidade de organização coletiva, oferecendo lições valiosas para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas do Brasil contemporâneo. Os lavradores - posseiros da Associação de Lavradores de Pedra Lisa lutaram, resistiram, protestaram contra empresas loteadoras, políticos locais, jagunços e policiais, e grandes famílias detentoras de terras no Rio de Janeiro. O Lavrador- posseiro entrou no cenário político e social da época fluminense como um importante ator na luta de classe e por direitos. Para tais camponeses, a terra não era apenas um meio de ganhar dinheiro, terra era vida e por sua “vida” eles estavam dispostos a dar suas vidas.

As lutas por terras, os conflitos e as experiências vividas na Associação contribuíram para o sentimento de identidade coletiva que colaborou na resistência dos lavradores por mais de 15 anos contra os despejos e investidas de jagunços e policiais. Dialogando com Grynszpan, percebemos que não foi somente a miséria ou a opressão que fomentou a luta, mas a perda da identidade, o desligamento da terra com o despejo. Os laços dos lavradores com a terra estão na gênese e na

propulsão da luta. O Movimento de lavradores de Pedra Lisa rompeu paradigmas do jogo político da época, pois com seus protestos, organização e mobilização conseguiram ter seus direitos e causa assistida pelo governador Roberto Silveira.

Na Associação dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, percebemos uma organização democrática e solidaria, ao conversar com o líder e ex-presidente da Associação Bráulio Rodrigues da Silva, notamos que o objetivo não era o lucro, mas sim pelo contrário, a Associação visava à ocupação da terra, a defesa dos direitos e da terra em primeiro lugar. A Associação ia contra a mentalidade urbano industrial que começava a ser formar no Recôncavo da Guanabara, pois desenvolveram-se seus mecanismos de organização no campo, escolinha do campo e no campo, pessoas vivendo no campo e buscando melhorias no seu lugar, para seu lugar e por seu lugar. O lavrador – posseiro camponês inseriu-se no jogo político fluminense, suas experiências e vivências nos conflitos e despejos estão na gênese de lutas por terras da história contemporânea brasileira.

Desta forma, na organização, quanto na luta, a terra assumiu um papel social e simbólico para os camponeses. Não era somente um lugar que vivia e plantavam. *“Isto aqui é minha vida. Dizer que essas terras não são minhas é dizer que não é meu o coração que bate no meu peito”*<sup>113</sup>. Esse sentimento comum, essa unidade combativa permitiu a sobrevivência e o desenvolvimento da Associação mesmo em meios às dificuldades de saneamento e orçamentárias. Em sua gênese, os lavradores-posseiros, não recebiam nenhuma espécie de ajuda, essa dificuldade contribui para desenvolver uma organização autônoma e que visava essa autonomia para seus membros e lavradores. Um lugar democrático, onde a solidariedade ganhava do lucro, onde a unidade vencia o individualismo, onde lideranças se dedicavam pelo bem de todos, onde luta era sobreviver, onde terra é vida. Certamente tais comparações se encaixam na história da Associação de Lavradores de Pedra Lisa. Ao estudarmos essa historicidade percebemos o camponês, o lavrador não carregado de mitificações e estereótipos ideologizados pelos “donos do conhecimento”, mas sim lavradores conscientes, politizados. Conscientes não da consciência de quem os ver como marginais, inferiores, mas de uma consciência gestada no conflito, na luta, na agonia e desespero do despe-

113 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.25, 2008.

jo de seus lares. Politizados pela busca de melhorias para sua região, para seus familiares e companheiros de resistência.

Como vimos, a escolinha de alfabetização de adultos e crianças entra nessa ótica de saber popular, ou seja, um conhecimento que dialoga com minha realidade e meus interesses. Uma escola de sentido popular, pública gestada e organizada pelos lavradores-posseiros de Pedra Lisa. Importante pensar o movimento de lavradores de Pedra Lisa e contrapor uma visão pragmática e dominante do camponês, que originou e se desenvolveu no campo e para o campo. É estudar a historicidade de pessoas que se organizaram, mobilizaram-se, lutaram e resistiram para permanecer no campo. Vemos, portanto, que o campo não era o espaço de nostalgia, de inferioridade, de retrocesso, mas sim o espaço de identidades, de permanência e continuação. Um espaço pelo qual valia resistir e lutar. A Associação de Lavradores de Pedra Lisa se tornou um movimento camponês popular que mudou drasticamente o cenário da questão camponesa. Tal percurso viria a ser quebrado e silenciado com o Golpe de 1964. Um dos períodos mais violentos da história contemporânea da Baixada Fluminense.

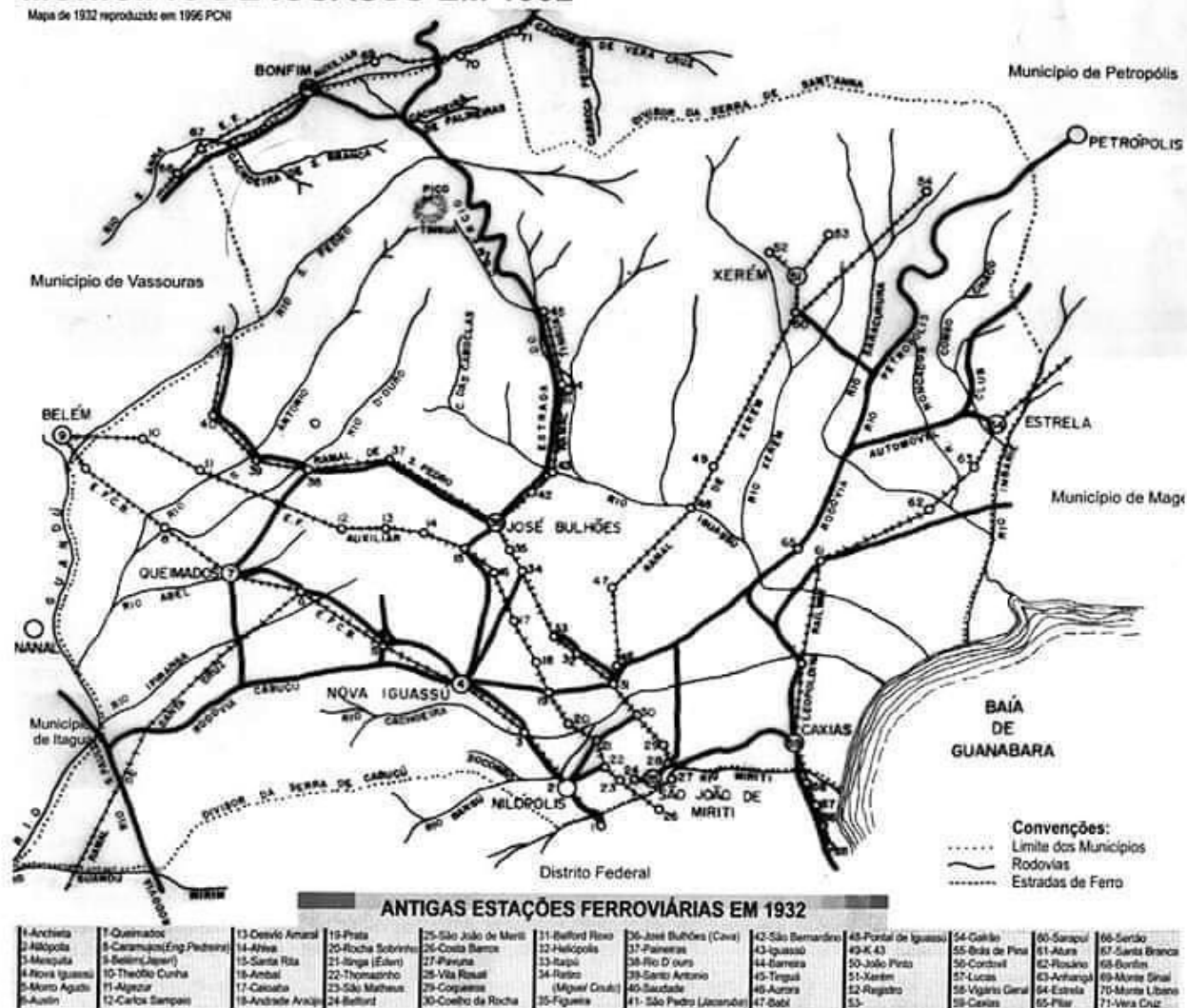
*“Pela terra a gente fazia tudo.”*

Bráulio Rodrigues da Silva, ex-presidente e um dos fundadores da  
Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa



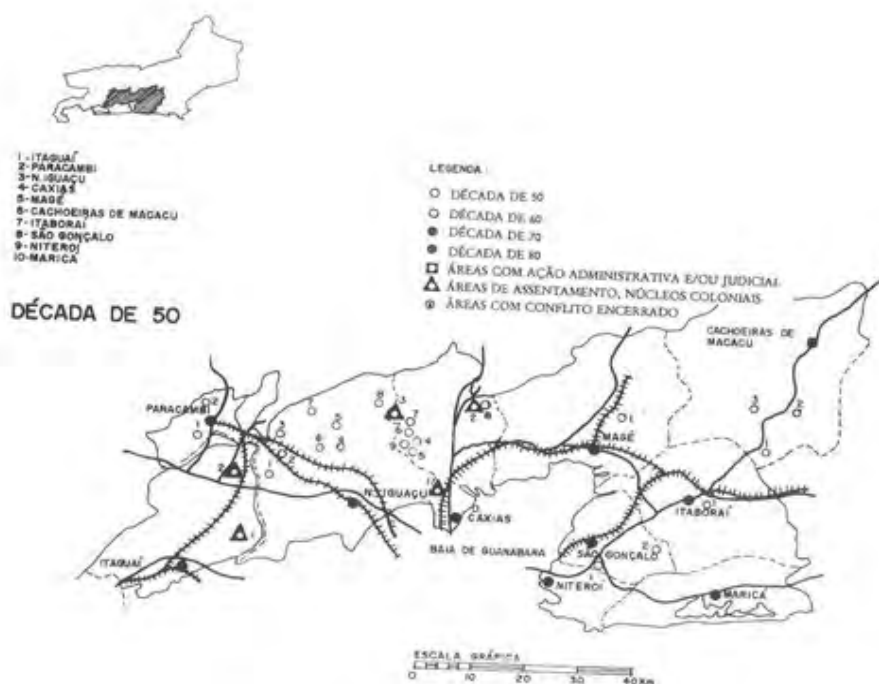
## MUNICÍPIO DE IGUASSÚ EM 1932

Mapa de 1932 reproduzido em 1996 PCN



114

114 Mapa do Município de Nova Iguaçu de 1932. Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu. De Iguaçu a Nova Iguaçu – 170 anos. 2º Ed. pp, 24. 2004.



**DÉCADA DE 60**



**ITAGUAÍ**

- 1 - Núcleo Colonial de Santa Cruz (Piranema)
- 2 - Núcleo Colonial Santa Alice, Pau Cheiroso e Caceria
- 3 - Sol da Manhã ou Faz. Moura Costa
- 4 - Filhos do Sol (Jardim Maracanã)

**PARACAMBI**

- 1 - Otaria/Sabugo II
- 2 - Maria Candida
- 3 - Faz. Floresta
- 4 - Faz. Sabugo
- 5 - Brasil Textil Industrial
- 6 - Vitória da União

**NOVA IGUAÇU**

- 1 - Faz. Boa Esperança
- 2 - Normandia
- 3 - Pedra Lisa
- 4 - Faz. Santo Antonio do Mato
- 5 - Faz. Limeira
- 6 - Normandia II
- 7 - Faz. São Pedro
- 8 - Faz. Reunidas Cachoeira e Macedo
- 9 - Faz. Paraíso
- 10 - Faz. São Bernardino
- 11 - Faz. Babi
- 12 - Campo Alegre

- 13 - Modesto Leal
- 14 - Marinho da Fé
- 15 - Faz. Parque Estoril
- 16 - Dom Felipe
- 17 - Adrianópolis
- 18 - Sítio Velho Dendê
- 19 - Vila Magalhães

**MAGÉ**

- 1 - Faz. Camarillo
- 2 - São José da Cachoeira
- 3 - Faz. Suraí
- 4 - Faz. Tocá, caicoba

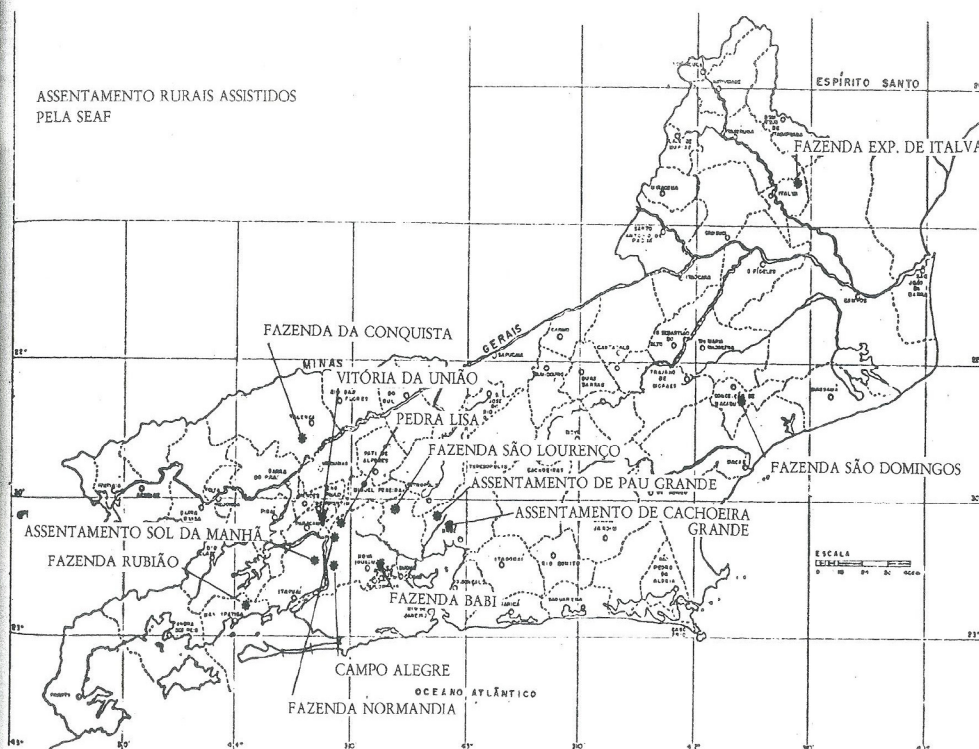
- 5 - Faz. Semambitiba
- 6 - Rio do Ouro e Cachoeira
- 7 - Cachoeira Grande
- 8 - Santa Guilhermina
- 9 - Conceição Surui
- 10 - Faz. Bonfim
- 11 - Faz. do Fojo
- 12 - Faz. Santa Rosa
- 13 - Faz. Boa Vista
- 14 - Faz. Santa Constança
- 15 - Pau Grande II
- 16 - Arelpio Soudas
- 17 - Irirí
- 18 - Pau Grande

115

116

115 Zona de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: **ATLAS, fundiário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, pp. 120, 1991.

116 Ibid. , pp. 120-121.



117

117 Assentamentos Rurais assistidos pela SEAF ( Secretário de Estado de Assuntos Fundiários) em 1990. Fonte: **ATLAS, fundiário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, 1991.

## BIBLIOGRAFIA

### 1-Arquivos

Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois.

Centro de Documentação e Memória da UNESP.

Biblioteca Nacional Digital.

### 2- Livros, teses e artigos

**ATLAS, fundiário do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, 1991.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARENIRO, Ana; CIOCARRI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos;** Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário político da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**, tomo 3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1981.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: Configuração e gênese das desigualdades regionais.** Educação & Realidade, 2004.

GRYNSZPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).** Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRYNSZPAN, Mario. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

HOBSBAWM, E. **“Os camponeses e a política”** *Ensaio de Opinião*, n.8, 1978.

JOSSETI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéria Corrêa. **Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: Alfabetização de Adultos em Questão**. ITABAIANA: GEPIADE, ano 6, volume 12, pp. 187, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

PAULO, Freire. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; pp. 26, 1981.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 64, 2013.

MEDEIROS, Leonilde. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PEDROZA, Manoela. **Sanear, despejar, resistir**. Ruris: Volume I, nº 2, Setembro, 2010.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, v.2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_, **Memória e identidade social**. In: Estudos históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos**. 2ª Ed. 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **O Rio de Janeiro e o Imprensa Popular: imaginário social carioca nas páginas do jornal (1949-1954)**. ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SILVEIRA. Jorge Luís Rocha da. **Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.



SOUZA, Sonali Maria de. **A Memória dos laranjais na cidade do loteamento: considerações sobre feitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970.**

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÔRRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política.** Ed. IPAHB, RJ, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro.** In: VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e agricultura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. WEBER, Max. *História agrária romana.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.

### **3- Periódicos**

Jornal Imprensa Popular: publicações da data de **28/12/1954, 29/ 06/1957, 20/ 07/ 1955 e 02/ 06/1956.**

Jornal A Noite: publicações da data de **15/06/1956 e 16/06/1956.**

Jornal Correio da Manhã: publicações da data de **21/02/1957 e 15/03/1959**

Jornal Voz Operária: publicações da data de **29/ 07/ 1957. \_**

Jornal Última Hora: publicações da data de **12/10/1960, 13/01/1961, 28/12/1954 e 08/03/ 1960**



## ANEXO I – ENTREVISTA COM BRÁULIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Entrevista realizada em 13 de junho de 2015 com o companheiro Bráulio Rodrigues da Silva que participou diretamente na fundação da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, na fundação e coordenação da escolhia de alfabetização de crianças e adultos de Pedra Lisa, também foi decisivo na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na FETAG, na FALERJ e atuou diretamente no Movimento Amigos dos Bairros, MAB, de Nova Iguaçu. Foi e ainda é, aos 92 anos, uma liderança na Baixada Fluminense. Ainda contribui no Assentamento de Campo Alegre, na secretária de Assuntos fundiários no governo estadual do Rio de Janeiro de Moreira Franco na década de 80. Já em Magé ajudou na fundação da Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Agricultores Familiares de Magé. Bráulio Rodrigues participou intensamente e diretamente nas disputas e conflitos de terras entre lavradores-posseiros e grileiros, empresas loteadoras, grandes famílias latifundiárias na Baixada Fluminense, em especial em Pedra Lisa. Mesmo aos 92 anos, sua memória sobre esse período continua ativa e emocionada, percebemos e ressaltamos a sinceridade e paixão de uma pessoa que viveu e representa a história nas disputas de terras na Baixada Fluminense.<sup>118</sup>

❖ A entrevista buscou manter um tom coloquial e original da conversa

**Pergunta:** O senhor participou da fundação de Pedra Lisa, da organização. Como foi esse processo?

**Resposta:** A pessoa que participou e organizou esse processo de fundação de Pedra Lisa era analfabeta, não sabia ler, mas tinha uma cabeça fora do normal. Falava bem, conversava, mas era analfabeto. A primeira organização do Estado foi em Pedra Lisa. Ali houve luta mesmo, enfrentamento com polícia, essa coisa toda. Pedra Lisa foi organizada para defender as terras. Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Zé Matias foi o fundador. A Associação era muito forte mesmo, os trabalhadores eram pontuais e firmes.

<sup>118</sup> A transcrição da entrevista foi mantida, especificamente, a fim de servir como fonte devido à grande importância de Bráulio Rodrigues para a luta popular e camponesa na Baixada Fluminense.

**Pergunta:** O senhor era ligado ao PCB, qual influência que o PCB exerceu na fundação de Pedra Lisa.

**Resposta:** Sim, eu era filiado ao PCB, não ao PTB. Eu era ligado, mas não tinha função. O PCB não ajudou na fundação de Pedra Lisa, eu mesmo quando fui para lá não estava mais ligado ativamente ao PCB.

**Pergunta:** Em Pedra Lisa se produzia muitos alimentos?

**Resposta:** Muita coisa, muita coisa. Ali corria um trem. Que ia de Jaceruba para o centro do Rio de Janeiro, central. Três, quatro vagões por dia de alimentos, milho, feijão, legumes e todas essas coisas. O vagão ia parando pelos lugares para vender os alimentos até a central.

**Pergunta:** Rio de Janeiro teve um governador, Roberto Silveira. Qual a importância dele para Pedra Lisa?

**Resposta:** Ele foi uma questão importante para Pedra Lisa, nos chegamos a ir pro Palácio do Ingá. Chegamos às 14h ao Palácio, mas Roberto não estava. A esposa dele disse que nos íamos esperar um “bucado” de tempo porque ele não está, mas vocês vão comer e beber aqui. Levamos 300 pessoas no Palácio do Ingá.e ele chegou era 23h e nos esperamos e não arredamos o pé de lá. Ai ele, Roberto, fez o ato de desapropriação das terras de Pedra Lisa e deu as terras pra gente.

**Pergunta:** Roberto Silveira foi muito importante para Pedra Lisa?

**Resposta:** Foi. Foi muito importante. Ele deu as sementes, deu tudo, foi lá dá posse aos posseiros. Nessa época tinha cerca de 300 a 400 pessoas morando e plantando. Uns plantavam menos, outros mais. Mas todo mundo tinha que ajudar de alguma forma. Era a informação que a direção do movimento dava. Tem plantar, tem plantar ou ajudar em alguma coisa. Senão, não adianta ficar aqui. Ninguém comprou terra aqui, todo mundo que ta aqui ganhou terra. Ninguém quer ficar com o dinheiro de vocês. O que vocês plantar aqui e vender é de vocês. Eles davam uma porcentagem mixuruca pra ajudar na Associação. Nós fizemos uma festa para Roberto Silveira porque nós estávamos em uma situação de despejo e ele interveio e nos ajudou. Roberto nunca se aproveitou da gente para ganhar voto.

**Pergunta:** No caso, as pessoas tinham que ajudar a Associação? Os lavradores-posseiros?

**Resposta:** Eles tinha que pagar uma espécie de mensalidade, quando dava também. Se atrasasse não cobrava juros, não cobrava nada. Quando a pessoa estava começando a plantação e a lavoura, a gente facilitava. Deixada a pessoa pagar somente na primeira colheita. Era algo hoje equivalente a 2 reais apenas. No início nós construímos uma sede boa lá. Com o dinheiro nosso mesmo, não foi emprestado de ninguém. Nos dávamos as terras, nós confiávamos nas pessoas e elas tinham que provar que eram trabalhadores. Um alqueire para cada pessoa. Quando fui presidente nunca cobreí nada além da mensalidade.

**Pergunta:** Quando Pedra Lisa surgiu, vocês recebiam ajuda da Prefeitura, do Estado de Alguém?

**Resposta:** Ninguém. De ninguém. O próprio Roberto Silveira que Ra um governador bem democrático e tudo, falava que não podia ajudar financeiramente. Ajudava doando algumas coisas, mas dinheiro não. A gente queria dinheiro pra fazer as coisas.

**Pergunta:** Que tipo de ajuda a Associação dava aos lavradores?

**Resposta:** Dirigia tudo ali. Umas das coisas que eram decididas nas reuniões eram a questão da produção. Que tinha que plantar. Pois o que vai nos garantir aqui não é briga, não é armação de nada. O que vai nos garantir aqui é o que nós plantarmos. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu to aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá. Quando sair de lá deixei um sítio de 3 alqueires de terra para um companheiro de Pedra Lisa.

**Pergunta:** O senhor lembra quem queria tomar as terras de vocês em Pedra Lisa?

**Resposta:** Pessoas de fora. De longe. Que tentaram de tudo para tomar as terras, mas não conseguiram. A polícia era contra a gente também. O prefeito de Nova Iguaçu também não apoiava não. O prefeito mandava espião para as reuniões para ver o que se falava. Eu nunca botei nenhum deles pra fora. Um deles depois de muito tempo me disse que tinha arrependimento de falar comigo, eu disse: por que se você não fez nada comigo. Ele disse que era espião da prefeitura. Então eu fiz alguma coisa contra o senhor e os demais. Por isso tinha duas reuniões, uma com o povo todo e outra com a diretoria.

**Pergunta:** Nessas reuniões da Associação participava todo mundo? Todos os lavradores?

**Resposta:** Todo mundo. Discutíamos os problemas que tinham sido aprovados em assembléia. Era uma reunião geral de todos os posseiros. Tinha uma diretoria que tomava decisões com todos que moravam na área. Era uma diretoria eleita pelos lavradores. Tudo de uma forma democrática.

**Pergunta:** Vocês seguiam alguma teoria, algum partido ou ideologia, pensamento político?

**Resposta:** O Partido Comunista teve uma grande influência, mas não no início. O partido deu ajuda depois com alimentação, semente e essas coisas. Eles montaram e mobilizaram o grupo deles para arrecadar doações ou dinheiro para Pedra Lisa. Mas eles não tinham nada a ver com a organização dos posseiros.

**Pergunta:** Qual foi a maior dificuldade que vocês tiveram ou encontraram para fundar Pedra Lisa?

**Resposta:** A maior dificuldade foi a reunião com eles, os lavradores. Eles estavam desconfiados da gente, das pessoas que tentavam criar a Associação. Mas depois a coisa foi chegando, chegando devagarzinho... Com a maior organização e com o dinheiro da mensalidade dos alqueires, terras, conseguimos um médico para ir lá 2 vezes por semana para ver as crianças e as pessoas.

**Pergunta:** Sobre a escola?

**Resposta:** Tudo lá foi fundado por nós. A Escola também. Conseguimos uma professora com a prefeitura para dar aula. Era escola de alfabetização de adultos, tinha crianças também. As aulas eram de manhã e a tarde porque não tinha luz em Pedra Lisa. Era dado ensino de 1º grau para ensinar as pessoas a ler e escrever. Também fazer aritmética. A escola era popular e não cobrava nada de matrícula. Era pública. Eu ajudei a fundar e organizar, construir. A escola funcionava na sede da Associação. Eu não dava aula na escolhinha não. A prefeitura não intervia na escolhinha, os lavradores que organizavam.

**Pergunta:** Nesse escolhinha, como eram adultos, eles aprendiam ou eram conscientizados sobre a disputa de terras?

**Resposta:** Sempre tinha. Tinha um professor só pra essa finalidade. O porquê da ocupação de terras. Para informar a eles sobre o que estava acontecendo.

Nunca deixava de falar isso com eles, com os alunos. A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar. Não vai dar certo. Hoje eu não sei como está lá. Foram os lavradores que fundaram a escola. Cada dia tinha uma aula. Mas nem todos os dias tinham aula. Na escola tinha o estudo e falava-se da terra e da importância. Fora da escola tinha-se aulas também com estudo político da terra e de sua importância. Traziam-se professores de Nova Iguaçu para falar disso pro povo. Não devo vender, não devo passar pra outro.

**Pergunta:** Como que a Associação fazia para conscientizar esses lavradores sobre a importância da terra?

**Resposta:** A gente trazia gente de fora para dar palestra. Os próprios lavradores já tinham uma ligação com as terras, mas tinham alguns que queriam lucrar em cima. Não pagavam nada e queria passar a terra. Ganhar dinheiro em cima. No começo houve isso. Teve um que quase me deu uns tiros por isso.

**Pergunta:** O senhor era muito ameaçado, por causa da disputa de terras?

**Resposta:** Em Pedra Lisa não, mas por fora sim. Carlos Pereira tentavam muito contra mim. Mario Guimarães também tenta me prejudicar, muito. Fazia de tudo para destruir a Associação esses dois.

**Pergunta:** Qual eram as formas que vocês faziam para resistir em Pedra Lisa?

**Resposta:** Olha, quando vinha ordem de despejo. A gente se preparava bem. Armado com garrucha, com revolver, com carabina. A gente se preparava para enfrentar. Porque se não fosse assim a gente ia ser mandado embora e depois ia ficar difícil para voltar. A gente entrava em choque e saímos feridos. Mas uma coisa que eu não gostei é que eles me davam mais proteção do que a eles mesmos. Falavam pra eu ficar de longe e eu falava: eu sou presidente, tenho que participar. Eu ia, nunca deixei de ir. Quando as coisas estavam mais ou menos nós íamos pra cidade pra mostrar que nós estamos na luta e reivindicar direitos. O Juiz de Nova Iguaçu deu o despejo nosso, então reunimos todo mundo, todo mundo. Quem faltar não volta mais aqui. E enfrentamos os grileiros e jagunços, policiais peito a peito e botamos eles pra correr.

**Pergunta:** O Juiz dava a ordem de despejo, quem ia lá para despejar vocês?

**Resposta:** A polícia ia pra despejar a gente. Nos fizemos uma ponte falsa que a polícia tinha que passar por lá. Fizemos uma ponte falsa. Só tinha aquele caminho. Ai eles caíram(Risos). Tá lá o buraco até hoje. Há muito tempo que a polícia não botava o pé em Pedra Lisa.

**Pergunta:** A Igreja Católica apoiava Pedra Lisa?

**Resposta:** Não era nem contra, nem a favor. Tinha um padre lá em Nova Iguaçu que era contra a gente. Achava que a gente era desordeiro.

**Pergunta:** Quando ocorreu o golpe, o senhor continuou em Pedra Lisa?

**Resposta:** Depois do golpe de 64 eu tive que sair de lá. Tive que sair. Porque o pessoal mesmo de lá disse: seu Bráulio, a gente não quer herói não. A gente quer o senhor vivo. O senhor aqui vai se prejudicar porque eles vão vir buscar vocês. Eles tiveram aqui e não te encontraram. Eles estão atrás do senhor. O senhor ainda vai prestar muito serviço e não queremos que você seja preso não.

**Pergunta:** O senhor lembra-se de algum político ou advogado que ajudou Pedra Lisa?

**Resposta:** Um advogado que nos ajudou muito foi Almir Alves. Ele trabalhava de graça e não cobrava nada. Tenório tentou usar a gente. Ele ajudava de nome só. Ganhava renome em cima de nós. Não chegou a ajudar e queria ser visto como político em cima de nós. Do nosso trabalho. Ele me procurou e tal e até conversei com ele que esse tipo de Trabalho eu não faço. Ele queria que eu fosse cabo eleitoral dele. Depois que eu estive com ele, ele ia me amarrar. Ia ficar preso politicamente.

**Pergunta:** Em Pedra Lisa, como que eram as condições, tinha luz água?

**Resposta:** Não tinha luz, era lampião. Não tinha água encanada, era poço. Tinha também momentos de lazer na reunião da diretoria, nesses espaços também tinha momentos de lazer. Foi muito bom. Fiquei mais de 15 anos da minha vida em Pedra Lisa. A gente ajudava os companheiros que estavam com dificuldade financeira e alguma coisa assim.



Pedra Lisa foi muito mais explorada do que ajudada. Por tudo que o movimento significava. Enfim, está lá Pedra Lisa. Não sei como está Pedra Lisa. A terra era a ganha pão. Pela terra a gente fazia tudo.

**Pergunta:** O senhor tem alguma coisa para falar com os moradores de Pedra Lisa?

**Resposta:** Espero que os meus amigos ou não estejam aproveitando daquilo que nós fizemos em Pedra Lisa. A escolinha, o trabalho junto com os posseiros dali, isso... Eu não esqueço Pedra Lisa nunca. Ali aprendi muita coisa.

## **SOBRE O AUTOR**

### **Eduardo Jordan da Silva Aguiar**

Doutorando em Educação pelo PPGEDUC , Mestre em Educação pelo PPGEA também da UFRRJ e Licenciado em História plena também pela UFRRJ, outrossim, possui Especialização em Docência no Ensino de História pela UNIBF. Atualmente é professor de História atuando no Ensino Fundamental na Prefeitura de Araruama - RJ, Bem como faço parte do grupo de estudo Laboratório de História da Educação Latino- Americana - UFRRJ.



EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

**ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA  
E LUTA DOS LAVRADORES E  
POSSEIROS DE PEDRA LISA NA  
BAIXADA FLUMINENSE ENTRE  
AS DÉCADAS DE 1940 E 1960**

